

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 093

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Durval Amaral
Líder da Oposição	Waldyr Pugliesi
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Sérgio Spada
PMDB	Nereu Moura
PPB	Tony Garcia
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Luiz Carlos Zuk
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Pastor Edson Praczyk
PPS	Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**14ª LEGISLATURA
ATA DA 019ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE JUNHO DE 2002***(quinta-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Cesar Seleme.

Às quatorze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Ofício:**

OFÍCIO Nº 656/2002

Curitiba, 26.06.2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, para a superior deliberação dessa Casa de Leis, o anexo anteprojeto de lei, que trata de matéria atinente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, devidamente acompanhado da Exposição de Motivos.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. a segurança do meu profundo respeito.

Cordialmente.

(a) RAFAEL IATAURO

Presidente do Tribunal de Contas

JUSTIFICATIVA:

A criação dos cargos ora propostos constitui importante avanço operacional para as atividades fiscalizadoras constitucionais do Tribunal de Contas.

O advento da Lei de Responsabilidade Fiscal representou significativo aumento no instrumental controlador desta Casa, em decorrência da introdução de novos mecanismos de acompanhamento do Poder Público, traduzidos em Relatórios de Gestão Fiscal complexos, sistemas de auditoria, alertas e nova mecânica técnico-contábil de análise das contas públicas. Nesse sentido, os setores de contabilidade, informática e comunicação, passaram a ter conteúdo especial, pela abrangência e finalidade de seu campo de atuação.

Este Tribunal já vem desenvolvendo programas avançados de controle, sendo possível destacar o macroprojeto denominado SIM - Sistema de Informações Municipais, recomendado inclusive por órgãos federais ligados à melhoria da qualidade das atividades governamentais.

De outro lado, é relevante informar que os custos de criação dos cargos em referência estão rigorosamente dentro dos parâmetros legais, bastando salientar que, atualmente, as despesas totais do TC ascendem a 1,07% bem afastado do limite prudencial de 1,29% e do legal, de 1,36% da Receita Corrente Líquida.

Desta maneira, espera-se a acolhida desta proposição, por parte do egrégio Poder Legislativo, instituição sempre comprometida com o equilíbrio da administração pública.

Emenda:**EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 339/2002**

A presente emenda acrescenta artigo 4º à redação original do Projeto de Lei nº 339/2002, renumerando o artigo 4º como 5º, conforme redação a seguir:

“Art. 4º - A Agência de Desenvolvimento do Paraná SA., instituída pela Lei 11.741, de 19 de junho de 1997, alterada para Agência de Fomento do Paraná SA., pela Lei 12.419, de 13 de janeiro de 1999, passa a vincular-se à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, cujo titular integrará seu Conselho de Administração, na qualidade de Presidente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Duílio Genari, Miltinho Pupio, Ademar Traiano e Luiz Accorsi.

JUSTIFICATIVA:

Visa consolidar o Sistema de Ações nos municípios do Paraná - SFM, criado pelo Decreto nº 5.631, de 30 de abril de 2002, que está baseado em quatro alicerces: a Sedu, o Paranacidade, a Agência de Fomento do Paraná S/A e as Associações de Municípios.

Garante num só âmbito de atuação a implementação de Recursos, que farão parte do Sistema na ordem de R\$930 milhões para os próximos quatro anos.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1856

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1858

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelos artigos 175 e 107, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício e a transformação do Plenário em Comissão Geral para realização de Sessão Plenária que se realizará dia 28 deste mês, para discussão e votação do Projeto de Lei nº 503/2002, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que dispõe sobre a criação de cargos para aquele órgão.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(a) CESAR SELEME

Apoiamento:

Tony Garcia, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães.

REQUERIMENTO Nº 1866

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto nos artigos 175 e 107, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a diminuição de interstício e a transformação do Plenário em Comissão Geral para realização das Sessões Plenárias que se realizarem até o dia 30 deste mês, para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs PL 505/2002 - Agência de Fomento, PL 468/2002 - IES-Incentivo a Titulação, PL 443/2002 - Avaliação Toxicológica, Emendas de Plenário transformadas em Projeto de Lei a parte, apresentadas ao Projeto de Lei 386/2002.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Miltinho Pupio, Luiz Carlos Martins, Geraldo Cartário, Fernando Guimarães, Carlos Simões, Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Nelson Justus, Nelson Tureck, Fernando Ribas Carli, Elio Rusch, Divanir Braz Palma, Luiz Accorsi, Nelson Garcia, Edno Guimarães, Cleiton Kielse e Sérgio Spada.

REQUERIMENTO Nº 1861

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do item 35, Projeto de Lei nº 467/2002 de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 022/2002, que dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos delegados de Infra-Estrutura do Paraná, da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, e que retorne à votação somente após o recesso parlamentar.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Marcos Isfer, Waldyr Pugliesi, Cezar Silvestri e Orlando Pessuti.

REQUERIMENTO Nº 1865

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, transformação da Emenda nº 01 de Plenário apresentada ao Poder de Lei nº 386/2002, Mensagem Governamental nº 021/2002, em projeto à parte e sua imediata inclusão na Ordem do Dia subsequente.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1859

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Iolanda Tabora Ribas da Silva, ocorrido no dia 26 do corrente, e que seja remetido cópia deste expediente à família enlutada, com mensagem de condolências.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(a) FERNANDO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1862

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Escola Estadual São Braz, que no dia 03 de agosto do corrente, comemora o seu Jubileu de Ouro.

Exemplar instituição de ensino, que por meio século vem se dedicando ao ensino paranaense.

Muitos educadores e educandos fizeram e fazem parte da história dessa escola, que formou e preparou inúmeras gerações na nossa comunidade. Muita luta, dedicação, competência e comprometimento com um mundo melhor nortearam os importantes passos desse estabelecimento, que ao completar 50 anos de existência só tem a comemorar com singular orgulho, o sucesso alcançado ao longo do tempo.

Situada no bairro São Braz, de nossa Capital, realizou, além do trabalho educacional, um belo trabalho junto à comunidade, sempre colaborando em prol de seu desenvolvimento social e humano.

São 50 anos de importantes trabalhos prestados ao nosso Estado, particularmente a Curitiba, os quais merecem nosso orgulho e respeito.

Escolas como essa devem ser enaltecidas e homenageadas, motivo pelo qual originou-se esta manifestação de júbilo.

Ao corpo docente e discente, funcionários, Associação de Pais e Mestres, Conselho Escolar, colaboradores, atual direção e ex-diretores, estendemos os melhores cumprimentos em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da comunidade paranaense, augurando-lhes votos de muitas realizações e sucesso.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1863

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso, à Clínica Veterinária Pet Show, sito à Rua Jacarezinho nº 1500 - bairro Mercês, pela qualidade dos ser-

viços prestados à comunidade desde 22 de fevereiro de 2001, data esta de sua fundação.

Seus funcionários não medem esforços em atender da melhor forma possível os clientes que lhes procuram para atendimento aos seus animais de estimação, e ao mesmo tempo são extremamente dedicados, competentes e muito humanos. Nos momentos mais difíceis, dispõem aos animais e aos seus respectivos proprietários, os melhores cuidados médicos de orientação, com a finalidade de tratar de sua saúde.

Além do atendimento médico, de banhos, de tosa e outros, também são oferecidos produtos veterinários em geral para comercialização e comodidade dos clientes.

A senhora Regina Helena Padilha Mikos, cliente dessa clínica, nos procurou a fim de tornar público seu agradecimento, pelo sério e competente serviço prestado pela Clínica Veterinária Pet Show.

Profissionais competentes merecem ser enaltecidos e entendemos ser meritória essa homenagem por meio deste voto de louvor, extensivo aos demais pares desta colenda Casa de Leis, consignando-se o reconhecimento de todos nós, cumprimentamos os proprietários da clínica, senhor Fábio Hibeki Assatti, a senhora Kanae Assatti, as médicas veterinárias senhoras Carolina Lebdjewski e Caroline Teixeira Mello, e o funcionário Leandro Betiapi, desejando-lhes muito sucesso!

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projeto de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 506/2002**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a dispensar a cobrança do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, sobre o consumo de energia elétrica de instituições religiosas que prestam serviços de caráter assistencial.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, compreende-se como serviços de caráter assistencial as atividades desenvolvidas pelas instituições religiosas que visem o combate à violência, às drogas, prostituição infantil e à fome.

Art. 3º - Os beneficiários deverão comprovar sua efetiva prestação de serviço assistencial junto à Secretaria da Criança e Assuntos da Família, que emitirá certificado a cada 06 (seis) meses atestando essa condição, que apresentado à Companhia de Energia Elétrica procederá à dispensa do recolhimento do imposto.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

As instituições religiosas têm auxiliado sobremaneira a nossa sociedade na área de assistência social, através de ações contra a fome, consumo de drogas e outros males que atingem a família, como a prostituição infantil e a violência.

Esses problemas que envolvem os jovens, atingindo o seio familiar da nossa comunidade, têm levado igrejas dos mais diversos credos a se dedicarem ao combate a esses males.

Um trabalho de prevenção é realizado com o esclarecimento e ministração de liturgias, incentivando a conscientização, assim como através de programas e alcance familiar, utilizado por diversas organizações religiosas tendo participação de relevante importância, e possuindo extrema influência no cotidiano da população, tornando-se um instrumento poderoso e fundamental na implantação de políticas sociais de combate a problemas como os acima citados.

Pela realização desse trabalho as entidades não recebem ajuda econômica do Estado, obtendo tão somente contribuição da comunidade, impossibilitando muitas vezes de atender satisfatoriamente os menos favorecidos.

É necessário portanto que essas entidades sejam favorecidas através de apoio como este que propomos, ou seja, não cobrando o ICMS sobre a energia elétrica, que embora de valor pequeno muito as auxiliará no desenvolvimento de suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrado o Horário do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 656/2002, subscrito pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que trata de matéria atinente ao referido Tribunal, devidamente acompanhado da Exposição de Motivos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 339/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, constante do expediente. **Transforme-se em projeto de lei em separado.**

Projeto de lei de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1858, de autoria do deputado Cesar Seleme, com apoio dos deputados Tony Garcia, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano e demais deputados, constante do expediente, solicitando a diminuição

do interstício e transformação do Plenário em Comissão Geral na Sessão Plenária de 28 deste mês, para discussão e votação do Projeto de Lei nº 503/2002, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e que dispõe sobre a circulação de cargos para aqueles órgãos. **Recebido na forma do artigo 107, do Regimento Interno.**

Requerimento nº 1866, e autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoio dos deputados Luiz Carlos Alborghetti, Miltinho Pupio, Luiz Carlos Martins e demais deputados, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício e a transformação do Plenário em Comissão Geral para realização das Sessões Plenárias que se realizarem até o dia 30 deste mês, para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 505/2002 - Agência de Fomento, PL 468/2002 - IES - Incentivo à Titulação PL. 443/2002 - Avaliação Toxicológica, Emendas de Plenário transformada em projeto de lei à parte, apresentadas ao Projeto de Lei nº 386/2002. **Recebida na forma do artigo 107, do Regimento Interno.**

Requerimento nº 1865, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a transformação da Emenda nº 01 de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 386/2002, Mensagem Governamental nº 021/2002, em projeto à parte e sua imediata inclusão na Ordem do Dia subsequente. **Será apreciado.**

Há um requerimento pedindo prioridade de votação, desta Presidência, no Item nº 20.

Senhores deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre o diferimento do pagamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Batista Aliança Eterna, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2º DISCUSSÃO.**

Está em votação a Emenda. Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação com chamada nominal dos senhores parlamentares.

Solicito ao deputado Valdir Rossoni que faça a chamada nominal dos senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores parlamentares**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O deputado Ademar Luiz Traiano está dispensando a chamada nominal. Vamos, então, à verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam a emenda aprovada em 2ª discussão, do projeto do deputado Ricardo Maia, queiram levantar-se, por gentileza.

Vinte e sete senhores deputados aprovam.

Senhores deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

Cinco senhores deputados rejeitam.

Está aprovada a emenda.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Artística para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Apreciar neste turno emendas aprovadas em 2º discussão.**

Em votação as emendas. Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovadas.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios - Paraná Metrologia, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Apreciar neste turno emendas aprovadas em 2º discussão.**

Os senhores deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão. **Aprovada.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense 28 de junho - Conscientização e Direitos Humanos (Inpar 28 de junho), com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Apreciar neste turno emendas aprovadas em 2ª discussão. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Pastoral da Criança do município de Sarandi, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Apreciar neste turno emendas aprovadas em 2º discussão. Aprovada a emenda.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de recuperação do Alcoólatra - ARA, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Apreciar neste turno emendas aprovadas em 2º discussão. Aprovada a emenda.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 028/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre a concessão de vale refeição aos servidores e funcionários da Assembléia Legislativa. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Apreciar neste turno emendas aprovadas em 2º discussão. Aprovada a emenda.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 02/2002, que dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo, compreendendo extinção de Secretarias de Estado conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COM EMENDA DA CCJ E CF. SUBEMENDA DA CCJ ACOLHENDO AS EMENDAS 01 E 02 DE PLENÁRIO. **Em votação.**

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, nós iremos votar favorável; a bancada do PMDB irá votar favorável à reforma administrativa, lamentando apenas que ela tenha ocorrido no final do governo Lerner. Precisaram oito anos de mandato para que o governador Jaime Lerner descobrisse que essa administração que ele conduz é pesada, é um fardo terrível para o povo do Paraná. E, no apagar das velas, no apagar das luzes do seu governo, encaminha para esta Casa

um projeto de reforma administrativa com extinção de secretarias.

Por isso, apenas para fazer este manifesto que é com tristeza que nós observamos que o governador Jaime Lerner precisou oito anos, praticamente, para detectar, para constatar que o Paraná é uma máquina pesada que ele mesmo criou. Vinte e nove secretarias, montão de cargos na estrutura administrativa do Paraná, e que hoje por este projeto, Mensagem de Lei nº 30/2002, busca reduzir, torná-la mais enxuta, mais amena, mais leve para poder fazer com que o povo do nosso Estado possa arcar com esta máquina administrativa do Paraná.

Aliás, senhor presidente, o governo existe para prestar serviço à comunidade. Quanto mais leve a máquina, melhor. Quanto menos custo para manter a máquina, melhor. E estas providências que poderiam ter resultado em benefícios para o povo do Paraná, infelizmente estão ocorrendo agora a seis meses do fim do governo Jaime Lerner.

Nós iremos aprovar, se Deus quiser, a partir do ano que vem com um novo governo, uma nova mentalidade, com novas pessoas, Paraná leve, estrutura diminuta, o povo terá benefícios com o recurso público sendo utilizado em segurança pública, em educação, em saúde, na agricultura e por aí afora. Nós também concordamos com as emendas que foram apresentadas para preservar a Secretaria da Justiça e do Trabalho, que deverão manter-se na estrutura do governo, para que o Paraná não tenha mais prejuízos ainda.

Por isso nós da bancada do PMDB, votaremos favorável à extinção de cargos, à extinção de secretarias, ao fechamento de órgãos que não servem para nada, apenas e tão somente para consumir os poucos recursos que o Paraná dispõe e que fazem falta no final, que é na melhoria de qualidade de vida da nossa população.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Senhor presidente, senhores deputados.

A quantia desperdiçada durante esses anos de governo, do atual mandatário Jaime Lerner, iria dar, realmente, a condição pela qual todos os servidores públicos ficaram sem aumento os sete anos e meio.

Acredito que esse dinheiro desperdiçado, principalmente por ajustes seus, de campanha, tanto na primeira quanto na sua reeleição, fez com que acomodações e criações de funções e de secretarias fossem estendidas aos seus apaniguados. Hoje, quando S. Exa. o governador, moribundo no poder, quase que sem vontade, porque se vontade ele tivesse, já teria feito essa posição, que hoje nós iremos votar favoravelmente, teria feito na hora oportuna, para dar condições mínimas de elevação de salário ao funcionalismo público estadual.

Nós, do PDT, senhor presidente, senhores deputados, votaremos favoravelmente, lamentando tão somente a hora tardia com que S. Exa. governador dorminhoco,

acorda agora para a administração pública do nosso Paraná.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação, ressalvadas as emendas.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, ressalvadas as emendas, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Inicialmente vamos votar emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. NEREU MOURA

Qual o teor da emenda, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou solicitar, para encaminhar a V. Exa., da Sessão anterior, onde já consta a publicação.

Solicito, enquanto isso, que o deputado Valdir Rossoni faça a leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(Lê a emenda supressiva e modificativa ao Projeto de Lei nº 030/2002)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputado, o deputado Nereu tinha solicitado a leitura. Está satisfeito porque já está em suas mãos a Emenda completa.

Em votação a Emenda da CCJ, Emenda Supressiva e Modificativa ao Projeto de Lei nº 030/2002.

Aprovada a emenda.

Emenda nº 2 da Comissão de Finanças.

Aprovada.

Subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Aprovada.

O projeto irá à 3ª votação.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel à Amena - Associação Mantenedora do Ensino Alternativo, com sede nesta Capital, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/2002, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2003. PARECER FAVORÁVEL DA CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CO.

Aprovado o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento.

O referido projeto vai à Redação Final.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação ao município de Nova Esperança, da data de terra de nº 1 (um), da quadra nº 34 (trinta e quatro) da planta geral da cidade de Nova Esperança. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação ao município de Alto Paraná, das datas de terra de nºs 4 e 5 (quatro e cinco) da quadra nº 424 (quatrocentos e vinte e quatro) da planta oficial de Alto Paraná, com 450 m2 cada uma. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, imóvel situado naquele município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 339/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar com a Receita Federal, termo de cessão de uso de uma área situada no km 683 da BR-277, matriculada no cartório de registro de imóveis da comarca de Medianeira sob nºs 11.660, 11.663 e 7.829. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

O referido projeto está relacionado na solicitação de transformar o Plenário em Comissão Geral. Existe emenda do deputado Durval Amaral.

Solicito ao deputado Luiz Carlos Alborghetti que proceda a relatoria do referido projeto.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

(Lê a Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 339/2002)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, estamos discutindo o item 14 da pauta que trata de um termo de concessão de uso de uma área de terra situada no km 683 / BR-277, matrícula de cartório e registro de imóvel da comarca de Medianeira. Ora, é impossível adentrarmos com uma emenda deste tipo. Não tem condições nem de receptionar.

Portanto, solicito a V. Exa. e ao deputado Durval Amaral que transformemos esta emenda em projeto à parte.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Regimentalmente, realmente não pode ser. Estamos retirando e transformando em projeto à parte.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Concordo com a decisão de V. Exa., mas gostaria de sugerir a V. Exa. para que fosse incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão o projeto à parte.

Tendo em vista que o empréstimo de 100 milhões do BIRD foi aprovado, ontem, no Senado Federal, e a condição para a contratação dessa operação com os municípios do Paraná, à aprovação desta lei na Assembléia Legislativa.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (**Pela Ordem**)

Quero dizer ao deputado José Maria, analisando a justificativa, sou favorável desde que entre dinheiro para os cofres públicos. Agora, se há necessidade de fazer um novo projeto, aí não cabe ao meu parecer. Cabe, sim, ao líder do Governo e ao presidente da Assembléia Legislativa, porque não estou aqui para “pagar mico” para ninguém!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, não tenha dúvidas. Quanto ao mérito do projeto sou favorável e tenho certeza que a Bancada da Oposição também. Já votamos pelos empréstimos, não é essa a questão, deputado Alborghetti. Ocorre que estamos receptionando um projeto que trata da cessão de recursos, tudo em um projeto de doação de terreno. É impossível ser acolhido esse projeto. Só para ressaltar a condição do deputado Alborghetti, e eu concordo com a agilização da votação; nós sabemos que precisa.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

V. Exa. naturalmente vai decidir mas este projeto está fora do requerimento de transformação da Assembléia em Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Poderá ser apresentado novo requerimento nesta Sessão. Nada impede.

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Jaguapitã, imóvel conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que autoriza a criação do Campus de Colorado da UEL conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de utilidade Pública o Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Gaviões Londrinenses, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais funcionários públicos civil da Administração Direta e Autárquica, estabelecendo sua estrutura administrativa e funcional. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 63, de autoria de diversos deputados, devidamente apoiadas nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 386/2002**

Alteração nº 1 - Fica alterado o *caput* do artigo 1º do presente projeto, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituído o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais ocupantes de cargos públicos, na Administração Direta e Autárquica, pertencentes ao Quadro Geral - QG, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo decorrentes de alteração, em seis carreiras fundamentado nos princípios e qualificação pessoal e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público.”

Alteração nº 2 - Fica alterado o *caput* do artigo 3º do presente projeto, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - As carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, serão organizadas em 06 (seis) Cargos, de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de

escolaridade, sendo que, cada cargo será composto de 03 (três) classes: III, II e I, com as quantidades na forma do disposto no Anexo I e VI desta lei”.

Alteração nº 3 - Fica alterado § 1º do artigo 3º do presente projeto, ficando acrescido ao mesmo o inciso VI, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 3º -

§ 1º - As carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, são as seguintes: Apoio, Execução, Penitenciária, profissional e Fazendária, compostas de:

I -

II -

III -

IV -

V - Profissional, composta pelo cargo de Agente Profissional;

VI - Fazendária, composta pelo cargo de Agente Fazendário níveis “A”, “B” e “C”. Carreira exclusiva dos funcionários efetivos do QG alocados na Secretaria de Estado da Fazenda ou Coordenação da Receita do Estado na data de publicação desta Lei.”

Alteração nº 4 - Fica alterado §3º do artigo 3º do presente projeto, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º -

§ 3º - O requisito de escolaridade mínima dos cargos e das funções de cada cargo são fixados na forma do Anexo II e VII desta Lei.”

Alteração 5 - Fica alterado o § 3º do artigo 9º do presente projeto, acrescentando-se ao inciso VI, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º -

§ 3º -

I -

II -

III -

IV -

V -

VI - para o cargo de Agente Fazendário: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência para o Agente Fazendário, níveis “B” e “C” e 180 (cento e oitenta) horas ou por experiência para o Agente Fazendário nível “A”.

Alteração 6 - Fica alterado o *caput* do artigo 13 do presente projeto, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 - Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, as Tabelas de Referência de Vencimentos, na forma do Anexo III e VIII, desta lei.”

Alteração 7 - Fica alterado o *caput* do artigo 18 do presente projeto, acrescentando-se o inciso VII, que passa a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 18 - Ficam criadas as seguintes vantagens de Adicional de Atividade Penitenciária, Adicional de Vão, Gratificação de Atividade Técnica, Gratificação de Atividade de Saúde, Gratificação de Atividade Artística, Gratificação de Atividade em Unidade Penal ou Correcional Intra Muros e Adicional de Atividade Fazendária, para aplicação exclusiva aos funcionários integrantes do QPPE:

I -

II -

III -

IV -

V - Gratificação de Atividade Artística - GAA: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, exclusiva para as funções de Bailarino e Músico, que atuem no Centro Cultural Teatro Guaíra - CCTG, não incorporável na inatividade;

VI - Gratificação de Atividade em Unidade Penal ou Correcional Intra Muros - GADI: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para outros cargos e funções que não Agente Penitenciário, no exercício de suas funções nas unidades penais ou correcionais, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida no contato direto e contínuo com o presidiário, não incorporável na inatividade; e

VII - Adicional de Atividade Fazendária - AAF: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para o cargo e Agente Fazendário, relativa às atividades de responsabilidade na Gestão Fiscal do Estado, exclusivamente para os funcionários alocados na Secretaria de Estado da Fazenda ou Coordenação da Receita do Estado.”

Alteração nº 8 - Ficam alterados os incisos I e II do artigo 19 do presente projeto, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 19 -

I - Enquadramento na Tabela de Correlações de Cargos e Funções do Quadro Geral - QG para os Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma do Anexo IV e IX desta Lei; e

II - Enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de vencimento constante do Anexo II e VIII desta Lei.”

Alteração nº 9 - Fica alterado o parágrafo único do artigo 19 do presente projeto, acrescentando-se a alínea “F”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19 -

Parágrafo Único -

a)

b)

c)

d) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente Penitenciário do QPPE: vencimento base;

e) para as funções do cargo Técnico III, II e I do QG enquadrados no Cargo Profissional do QPPE: vencimento base mais Verba de Representação e mais Gratifi-

cação de Produtividade a que se refere a Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997; e

f) para as funções do Cargo Técnico III, II e I do QG enquadrados no Cargo Agente Fazendário nível “A” do QPPE: vencimento base mais Verba de Representação e mais Gratificação de Produtividade a que se refere a Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997 e para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente Fazendário níveis “B” e “C” do QPPE: vencimento básico.”

Alteração nº 10 - Ficam alterados os inciso I e II do artigo 20 do presente projeto, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 20 -

I - Enquadramento na Tabela de Correlações de Cargos e Funções do Quadro Geral - QG para os Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma do Anexo IV e IX desta lei;

II - Enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo III e VIII desta lei.”

Alteração nº 11 - Fica alterado o artigo 26 do presente projeto, acrescentando-se o inciso IV, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26 -

I -

II - para o cargo Agente de Execução, Agente de Aviação e Agente Penitenciário: após 12 (doze) meses a partir do enquadramento da presente lei;

III - para o cargo de Agente Profissional: imediatamente à publicação desta lei; e

IV - para o cargo Agente Fazendário níveis “B” e “C” após 12 (doze) meses a partir do enquadramento da presente lei e para o cargo de Agente Fazendário nível “A” imediatamente à publicação desta lei.”

Alteração 12 - Fica alterado o artigo 27 do presente projeto, acrescentando-se o inciso IV, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27 -

I -

II - para o cargo Agente de Execução, Agente de Aviação e Agente Penitenciário: após 18 (dezoito) meses contados a partir do enquadramento da presente lei;

III - para o cargo Agente Profissional: 12 (doze) meses contados a partir do enquadramento da presente lei; e

IV - para o cargo Agente Fazendário: 12 (doze) meses contados a partir do enquadramento da presente lei; e

Alteração nº 13 - Ficam, acrescentados ao presente projeto os anexos VI, VII, VIII e IX.

Sala das Comissões, em 27.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoioamento:

Durval Amaral, Cezar Silvestri, Algaci Tulio, Marcos Isfer e Miltinho Pupio.

ANEXO VIQuantidade de Vagas por Classe dos Cargos do
Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE

AGENTE FAZENDÁRIO AF	NÍVEL	QUANTIDADE
	“C”	227
	“B”	290
	“A”	95
	Total	612

ANEXO VIIRequisitos de Escolaridade Mínima para as Carreiras, Cargos e das Funções do QPPE
VI - CARREIRA - AGENTE FAZENDÁRIO - AF

AGENTE FAZENDÁRIO - AF	NÍVEL	FUNÇÕES/CÓDIGO	REQUISITOS DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
	“C”	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1º GRAU COMPLETO
		AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	
		CONÍNUO	
		OPERADOR GRÁFICO I	
		OPERADOR GRÁFICO II	
		MOTORISTA	
		TELEFONISTA	
		ALMOXARIFE	
	“B”	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2º GRAU COMPLETO
		ASSISTENTE PROCESSAMENTO DE DADOS	
		DESENHISTA PROJETISTA	
		TÉCNICO ADMINISTRATIVO	
		TÉCNICO CONTABILIDADE	
	“A”	ADMINISTRADOR - III	3º GRAU COMPLETO
		ANALISTA DE SISTEMA - I	
		AUDITOR - I - II - III	
		CONTADOR - I - II	
		ECONOMISTA - III	
		TEC. ADM. DE MATERIAIS - III	
		TEC.ADM.EM RECURSOS HUMANO - I - II - III	
		TEC.DE ASS. CULTURAIS - II - III	

ANEXO VII

Requisitos de Escolaridade Mínima para as Carreiras, Cargos e das Funções do QPPE
VI - CARREIRA - AGENTE FAZENDÁRIO - AF

AGENTE FAZENDÁRIO - AF	"A"	TEC. DE COMUNICAÇÃO - II	3º GRAU COMPLETO
		TEC. EM FINANÇAS - I - II - III	
		TEC. EM PLANEJAMENTO - I - II - III	
		TEC. DE O&M - III	
		TEC. DE PROG. EDUCACIONAL - I - III	
		TEC. DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA - I - II - III	
		MÉDICO VETERINÁRIO - I	

ANEXO VIII

Tabela de Referência de Vencimentos dos Cargos de QPPE
Tabelas de Vencimentos para 40 Horas Semanais
CARREIRA DE AGENTE FAZENDÁRIO

		NÍVEL "C"			NÍVEL "B"			NÍVEL "A"		
		CLASSE			CLASSE			CLASSE		
		III	II	I	III	II	I	III	II	I
REFERÊNCIA SALARIAL	1	500,00	665,21	885,00	1.403,56	1.867,31	2.484,29	2.826,13	3.759,91	5.002,23
	2	510,00	678,51	902,70	1.431,63	1.904,66	2.533,98	2.882,65	3.835,11	5.102,27
	3	520,20	692,08	920,75	1.460,26	1.942,75	2.584,66	2.940,31	3.911,81	5.204,32
	4	530,60	705,92	939,16	1.489,47	1.981,61	2.636,35	2.999,11	3.990,05	5.308,40
	5	541,22	720,04	957,95	1.519,26	2.021,24	2.689,08	3.059,09	4.069,85	5.414,57
	6	552,04	734,44	977,11	1.549,64	2.061,66	2.742,86	3.120,28	4.151,25	5.552,86
	7	563,08	749,13	996,65	1.580,64	2.102,90	2.797,71	3.182,68	4.234,27	5.633,32
	8	574,34	764,11	1.016,58	1.612,25	2.144,95	2.853,67	3.246,34	4.318,96	5.745,99
	9	585,83	779,39	1.036,91	1.644,49	2.187,85	2.910,74	3.311,26	4.405,34	5.860,91
	10	597,55	794,98	1.057,65	1.677,38	2.231,61	2.968,96	3.377,49	4.493,44	5.978,13
	11	609,50	810,88	1.078,81	1.710,93	2.276,24	3.028,34	3.445,04	4.583,31	6.097,69
	12	621,69	827,10	1.100,38	1.745,15	2.321,77	3.088,90	3.513,94	4.674,98	6.219,64

ANEXO IX

Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Fazendário do
Quadro Geral do Estado para o Cargo Fazendário e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo

DO CARGO DE	CLASSE	PARA CARGO QPPE	FUNÇÃO DO QPPE
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	E	AGENTE FAZENDÁRIO - AF	AGENTE FAZENDÁRIO NÍVEL "C"
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	B		
CONTÍNUO	A		
OPERADOR GRÁFICO I	G		
OPERADOR GRÁFICO II	E		
MOTORISTA	F		
TELEFONISTA	D		
ALMOXARIFE	E		AGENTE FAZENDÁRIO NÍVEL "B"
AGENTE ADMINISTRATIVO	G		
ASSISTENTE PROCESSAMENTO DE DADOS	H		
DESENHISTA PROJETISTA	H		
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	H		
TÉCNICO CONTABILIDADE	H		
ADMINISTRADOR			AGENTE FAZENDÁRIO NÍVEL "A"
ANALISTA DE SISTEMA			
AUDITOR			
CONTADOR			
ECONOMISTA			
TEC.DE MATERIAIS			
TEC.RECURSOS HUMANO			
TEC. DE ASS.CULTURAIS			
TEC. DE COMUNICAÇÃO			
TEC. DE FINANÇAS			
TEC.EM PLANEJAMENTO			
TEC. DE O&M			
TEC. DE PROG. EDUCACIONAL			
TEC. DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO			
VETERINÁRIO			

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Fica alterado o *caput* do artigo 19, bem como fica acrescido ao seu parágrafo único, a alínea "f" tendo estes a seguinte redação:

"Art. 19 - Os atuais funcionários do Quadro Geral-QG serão enquadrados no Quadro Próprio do Poder Executivo- QPPE e os servidores portadores de diploma de curso superior, não enquadrados nos Cargos e Funções de Técnico III, II e I do Quadro Geral - QG, serão enquadrados no cargo de Agente profissional e Funções do QPPE, conforme suas formações observados os seguintes procedimentos e na ordem:

I -.....

II -.....

Parágrafo Único -.....

a).....

b).....

c).....

d).....

e).....

f) para as funções não enquadradas no Cargo Técnico III, II e I do QG enquadrados no cargo de Agente Profissional do QPPE: vencimento base".

O *caput* do artigo 21, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21 - Os funcionários atualmente ocupantes das funções de Médico Plantonista, Sanitarista e Técnico Especialista, com formação em Medicina, serão enquadrados na função de Médico e os servidores portadores de diploma de curso superior, não enquadrados nos Cargos e Funções de Técnico III, II e I do Quadro Geral-QG, serão enquadrados no Cargo de Agente Profissional e funções do QPPE, conforme suas formações”.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoioamento:

Nelson Justus, Algaci Tulio, Marcos Isfer, Tony Garcia.

PARECER

A pedido de servidores interessados, exponho abaixo o meu ponto-de-vista acerca da possibilidade de transposição de cargo sem prévia aprovação em concurso público.

1 - Pela Medida Provisória nº 1.915/1999, o Governo Federal reestruturou a Carreira de Auditor do Tesouro Nacional e organizou a Carreira de Auditor-Fiscal tanto da previdência Social quanto do Trabalho e com base em suas disposição dos servidores de nível médio, vinculados ao Ministério da Fazenda - Receita Federal, exercentes das funções de Técnicos do Tesouro Nacional foram transpostos para os cargos de Técnicos da Receita Federal, para os quais era pressuposto inseparável a formação de nível superior.

2 - A MP levou em conta a realidade preexistente à promulgação da Carta da República, de 1988, porque os exercentes das funções de Técnicos do Tesouro Nacional, nível médio, desempenhavam as mesmas e exatas atividades dos demais Técnicos, dos quais, exigidas a formação superior, concursado, alçaram ao cargo com estes requisitos.

3 - O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública com o propósito de barrar a transposição dos TTN, nível médio, para TRF, nível superior, sob o entendimento de que, sem prévia aprovação em concurso público, nenhum servidor poderia ser transportado de um cargo médio para outro, superior ou do mesmo nível, desprezando um elemento fático inarredável: o exercício de funções em desvio funcional desde o ingresso na carreira em período anterior a outubro de 1988.

4 - Em decisão firmada pelo juiz federal José Parente Pinheiro da 9ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal todos os argumentos utilizados pelo Ministério Público Federal foram rejeitados diante de fundamentos sólidos defendidos pelo Dr. Aldir Passarinho, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, destacando-se a afirmação de que...

“...se em dias futuros viessem a exigir para ingresso no cargo de magistrado ou procurador o requisito do mestrado ou doutorado, indubitavelmente os atuais magistrados e procuradores que não possuísem tal requisito não seriam demitidos, em sугráfio à cláusula do direito adquirido, pois se a cada exigência que sobreviver,

importar na perda do cargo que ingressou no serviço público, segundo as regras que vigiam ao azo do concurso, seria o caos, a derrocada mesmo, do ordenamento pátrio à minguia da indispensável segurança jurídica.”

5 - Em outras palavras: em cada caso, analisada a situação de cada servidor admitido antes de outubro de 1988, nada há que impeça a sua transposição para cargo de outro nível se vem exercendo as funções deste em desvio funcional e por imposição de necessidades estruturais do quadro de pessoal.

6 - O exemplo extraído da aludida decisão é adotado para dele se extrair uma conclusão hoje cada vez menos discutível: não se permite transposição de cargo para quem foi admitido após 6 de outubro de 1988 mas, examinados os casos antecedentes, marcados pelo desvio e exercício contínuo de funções alheias ao cargo de contratação, deve prevalecer, sempre, o entendimento de que a transposição deve obrigatoriamente operar-se, obstruindo-se o enriquecimento sem causa da Entidade Pública no aproveitamento de pessoal em funções superiores ao do cargo de ingresso sem a contrapartida remuneratória.

7 - A par disso deve ainda ser computado que o Administrador Público, mantendo esta situação, incorrerá em violação de preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal à medida que sua ação ou omissão produzirá acúmulo de passivo trabalhista inaceitável diante da lei.

É isto resumidamente o que, s.m.j. penso e defendo.

Curitiba, 20.06.2002.

(a) CLÁUDIO ANTONIO RIBEIRO - Advogado

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Art. 1º - Fica acrescentado um inciso III ao Artigo 19 do Projeto de Lei nº 386/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná (QPPE), para vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 19 -

I -...

II -...

III - Após o enquadramento, previsto no inciso II, o Agente Profissional de nível universitário ativo e inativo, terá o enquadramento ajustado considerando a carga horária curricular de formação universitária, obedecendo o seguinte critério:

a) até 2.400 (duas mil quatrocentas) horas, o profissional permanecerá na referência salarial conforme previsto no inciso II deste artigo;

b) acima de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, o profissional avançará um nível de referência salarial a cada 200 horas adicionais de carga horária curricular.

Sala das Comissões, em 27.06.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoioamento:

Marcos Isfer, Serafina Carrilho, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo acrescentar um inciso III ao artigo 19 do Projeto de Lei nº 386/2002, que cria/institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos funcionários públicos da Administração Direta e Autárquica.

A presente emenda objetiva adequar a remuneração do servidor em decorrência do grau de complexidade da função desempenhada resultante da formação acadêmica.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Art. 1º - Fica alterado o Artigo 27 e seu inciso III do Projeto de Lei nº 386/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná (QPPE), para vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 27 - A primeira progressão por tempo de serviço, para o pessoal ativo e inativo ocorrerá:

I - ...

II - ...

III - para o cargo Agente Profissional: 30 (trinta) dias contados a partir do enquadramento resultante da presente Lei.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento:

Marcos Isfer, Serafina Carrilho, Antonio Anibelli,
Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo alterar o artigo 27 e seu inciso III do Projeto de Lei nº 386/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos funcionários públicos da Administração Direta e Autárquica.

A presente emenda objetiva dar um tratamento equânime para os profissionais ativos e inativos, bem como implantar de imediato a primeira progressão, por tempo de serviço já prestado ao Estado.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo 1º do Artigo 29 do Projeto de Lei nº 386/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná (QPPE), para vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - As gratificações a que se refere o artigo 18 serão implementadas no prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação da presente lei, com exceção dos Agentes Profissionais regidos pela Lei nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, cuja implantação será imediata após a publicação da presente Lei no montante do vencimento base respectivo.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento:

Serafina Carrilho, Marcos Isfer, Antonio Anibelli,
Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo alterar o parágrafo 1º do artigo 29 do Projeto de Lei nº 386/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos funcionários públicos da Administração Direta e Autárquica.

A presente emenda objetiva remunerar aqueles profissionais em função da responsabilidade Técnica a que estão obrigados no desempenho de suas funções perante o órgão de Classe (CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), assim como a complexidade dos trabalhos inerentes a essa categoria.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

Art. 1º - Fica incluído artigo nas Disposições Finais e Transitórias do Projeto de Lei nº 386/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná (QPPE), com a numeração que couber, para vigorar com a seguinte redação:

“Artigo - A primeira promoção prevista no Artigo 26 capítulo IV da presente lei, obedecerá ao seguinte critério, sem prejuízo aos demais critérios:

a) O exercício de 03 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados, no desempenho dos cargos de Secretário de Estado, diretor geral, diretor-presidente, ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 11 (onze) referências salariais.

b) O exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de Diretor de Área, Superintendente Regional, Chefe de Centro/Escritório Regional, Coordenador de Área ou funções assemelhadas, permitirá a progressão em 9 (nove) referências salariais;

c) O exercício de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados no desempenho dos cargos de chefe de Departamento, assessor de diretoria, gerente, chefe de Divisão, chefe de Seção, chefe de Distrito, fiscal de Obra, agente Agropecuário ou função assemelhadas, permitirá a progressão em 07 (sete) referências salariais.

Parágrafo Único - As funções de que trata o presente artigo não poderão ser computadas de forma cumulativa para efeito de promoção ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente promoção.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento:

Serafina Carrilho, Marcos Isfer, Antonio Anibelli,
Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo um artigo nas Disposições Finais e Transitórias do Projeto de Lei nº 386/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Execu-

tivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos funcionários públicos da Administração Direta e Autárquica, para regular a primeira promoção prevista no Artigo 26 do Projeto de Lei 386/2002.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Art. 1º - Fica acrescentado um artigo e respectivos incisos no Projeto de Lei nº 386/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná (QPPE), onde couber, para vigorar com a seguinte redação:

“Artigo - Ficam criados no âmbito da Assessoria Especial para Assuntos Indígenas - AAI, órgão vinculado à Governadoria, os seguintes cargos de provimento em comissão:

inciso I - 1 (um) cargo de assessor especial Símbolo DAS-1

inciso II - 2 (dois) cargos de assessor administrativo Símbolo 3-C

inciso III - 1 (um) cargo de assessor técnico Símbolo 5-C.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoioamento:

Orlando Pessuti, Serafina Carrilho, Marcos Isfer, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo estruturar os cargos da assessoria especial para Assuntos Indígenas AAI, criada pelo Decreto nº 1.547, de 14 de agosto de 1992.

O artigo 4º do Decreto nº 5.247, de 21 de janeiro de 2002, transferiu a Assessoria de Assuntos Indígenas AAI para o âmbito da governadoria.

A emenda estabelece que a assessoria terá um assessor especial símbolo DAS-1, dois assessores administrativos, símbolo 3-C e um assessor técnico símbolo 5-C.

A estruturação da Assessoria Especial de Assuntos Indígenas se justifica plenamente quando se sabe que os índios merecem tratamento diferenciado e especial da Constituição do Estado do Paraná.

A proteção que o artigo 226 confere às terras, tradições, usos e costumes das comunidades indígenas, integrantes do seu patrimônio cultural e ambiental, reclama a

estruturação administrativa e funcional do órgão estadual que tem competência para atuar nessa área.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 08

Fica suprimida do Anexo II, Tabela II - Carreira - Agente de Execução EA a Função Músico - AEMU.

Em consequência da modificação anterior, ficam suprimidos do anexo IV - Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Operacional Intermediário do CGE para o Cargo de Execução e suas Funções do QPPE, os cargos Maestro Titular, Maestro Adjunto, Spalla, Músico de Orquestra.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Nereu Moura Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

As modificações acima propostas estão amparadas pelos seguintes itens:

- Competência legislativa sobre condições para exercício da profissão (Constituição Federal, Art. 22, XVI);

- Regulamentação do exercício da profissão de músico. (Lei Federal nº 3857/60, Art. 28, a,b,c,d,e,f,)

- Exigência de conhecimento de nível superior para a admissão. Reforçada pela necessidade de inscrição junto a OMB (Ordem dos Músicos do Brasil) como músico de orquestra, conforme já argumentado;

- Correção da omissão do Estado na regulamentação, reconhecimento e enquadramento da atividade; e

- Baixo impacto orçamentário.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 09

Adicione-se ao Anexo II, tabela V - Carreira - Agente Profissional - AP a Função Músico de orquestra - APMO.

Em consequência da modificação anterior, ficam adicionados ao Anexo IV - Tabela de Correlação/Funções do Grupo Ocupacional Profissional do QGE para o Cargo Profissional e suas Funções do QPPE, os Cargos:

ANEXO IV

Tabela de Correlação de Cargos/Funções do Grupo Ocupacional Profissional do QGE para o Cargo Profissional e suas Funções do QPPE

TABELA PRÓPRIA	DO CARGO/FUNÇÃO QGE	FORMAÇÃO ESCOLAR PARA INGRESSO	PARA CARGO QPPE	FUNÇÃO DO QPPE
	MAESTRO TITULAR (C)	MÚSICA	AGENTE PROFISSIONAL	MÚSICO DE ORQUESTRA
	MAESTRO ADJUNTO (C)			
	SPALLA (A)			
	MÚSICO DE ORQUESTRA (A)			

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoioamento: Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Nereu Moura Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

As modificações acima propostas estão amparadas pelos seguintes itens:

- Competência legislativa sobre condições para exercício da profissão (Constituição Federal, Art. 22, XVI);
- Regulamentação do exercício da profissão de músico. (Lei Federal nº 3857/60, Art. 28, a,b,c,d,e,f,)
- Exigência de conhecimento de nível superior para a admissão. Reforçada pela necessidade de inscrição junto a OMB (Ordem dos Músicos do Brasil) como músico de orquestra, conforme já argumentado;
- Correção da omissão do Estado na regulamentação, reconhecimento e enquadramento da atividade; e
- Baixo impacto orçamentário.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 10

Acrescente-se ao Artigo 21, parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Os funcionários atualmente ocupantes dos cargos de Músico de Orquestra, Spalla, Maestro Adjunto e Maestro Titular serão enquadrados na função de Músico de Orquestra, desde que atendam aos respectivos requisitos de escolaridade. Os demais ocuparão a função de Instrumentista Musical.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoio: Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Nereu Moura Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

As modificações acima propostas estão amparadas pelos seguintes itens:

- Competência legislativa sobre condições para exercício da profissão (Constituição Federal, Art. 22, XVI);
- Regulamentação do exercício da profissão de músico. (Lei Federal nº 3857/60, Art. 28, a,b,c,d,e,f,)

- Exigência de conhecimento de nível superior para a admissão. Reforçada pela necessidade de inscrição junto a OMB (Ordem dos Músicos do Brasil) como músico de orquestra, conforme já argumentado;
- Correção da omissão do Estado na regulamentação, reconhecimento e enquadramento da atividade; e
- Baixo impacto orçamentário.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 11

Adicione-se onde couber, artigo ao Projeto de Lei 386/2002, com a seguinte redação:

“Art. ... - Fica a tabela de vencimentos anexa ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Governo do Estado, reajustada em 20%, conforme a Planilha nº ... em anexo”.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoio: Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Nereu Moura e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Paraná elaborou, preliminarmente, baseados na tabela de vencimentos proposta pelo Governo do Estado, no seu PCCS, outras tabelas progressivas de vencimentos, para o que foram tomadas as porcentagens, eventualmente a serem acrescidas de 10%, 15%, 20%, 30%, 40%, 50% e 66%. Esse aumento percentual, está atrelado ao fato de que a tabela progressiva, trazida à luz pelo governo do Estado é constante de valores salariais baixos, que não repõe sequer a inflação.

As perdas salariais que assolam o funcionalismo público ao longo de mais de sete anos sem reajustes acumulam-se em 66%. Se a tabela do governo do Estado foi reajustada em 20% (vinte por cento), a folha de pagamento do governo terá uma elevação de apenas 0,8%.

Tabela de Referência de Vencimento dos Cargos do QPPE
Tabela de Vencimentos para 40 Horas Semanais

	Agente de Apoio			Agente de Execução			Agente Penitenciário			Agente Profissional		
	Classe			Classe			Classe			Classe		
	III	II	I	III	II	I	III	II	I	III	II	I
1	228,41	365,69	585,48	334,21	540,23	873,24	334,21	535,08	856,68	1.525,25	2.512,42	4.138,49
2	237,55	380,32	608,90	347,58	561,84	908,17	347,58	556,48	890,95	1.586,26	2.612,91	4.304,03
3	247,05	395,53	633,26	361,48	584,31	944,49	361,48	578,74	926,59	1.649,71	2.717,43	4.476,19
4	256,93	411,35	658,59	375,94	607,68	982,28	375,94	601,89	963,65	1.715,70	2.826,13	4.655,24
5	267,21	427,81	684,93	390,98	631,99	1.021,57	390,98	625,97	1.002,19	1.784,33	2.939,17	4.841,45
6	277,90	444,92	712,33	406,62	657,27	1.062,43	406,62	651,01	1.042,28	1.855,70	3.056,74	5.035,11
7	289,01	462,72	740,82	422,88	683,56	1.104,93	422,88	677,05	1.083,97	1.929,93	3.179,01	5.236,51
8	300,57	481,23	770,46	439,80	710,90	1.149,12	439,80	704,13	1.127,33	2.007,12	3.306,17	5.445,97
9	312,59	500,48	801,28	457,39	739,34	1.195,09	457,39	732,30	1.172,43	2.087,41	3.438,41	5.663,81
10	325,10	520,50	833,33	475,69	768,91	1.242,89	475,69	761,59	1.219,32	2.170,91	3.575,95	5.890,36
11	338,10	541,31	866,66	494,71	799,66	1.292,61	494,71	792,05	1.268,10	2.257,74	3.718,99	6.125,98
12	351,63	562,97	901,33	514,50	831,65	1.344,31	514,50	823,73	1.318,82	2.348,05	3.867,75	6.371,02

Tabela 02 - Proposta com Reajuste de 10,0%

	Agente de Apoio			Agente de Execução			Agente Penitenciário			Agente Profissional		
	Classe			Classe			Classe			Classe		
	III	II	I	III	II	I	III	II	I	III	II	I
1	251,25	402,26	644,03	367,63	594,25	960,56	367,63	588,59	942,35	1.677,78	2.763,66	4.552,34
2	261,30	418,35	669,79	382,34	618,02	998,99	382,34	612,13	980,04	1.744,89	2.874,20	4.734,43
3	271,75	435,09	696,59	397,63	642,74	1.038,95	397,63	636,62	1.019,24	1.814,68	2.989,17	4.923,81
4	282,62	452,49	724,45	413,53	668,45	1.080,50	413,53	662,08	1.060,01	1.887,27	3.108,74	5.120,76
5	293,93	470,59	753,43	430,08	695,19	1.123,72	430,08	688,56	1.102,41	1.962,76	3.233,09	5.325,59
6	305,69	489,41	783,56	447,28	722,99	1.168,67	447,28	716,11	1.146,51	2.041,27	3.362,41	5.538,62
7	317,91	508,99	814,91	465,17	751,91	1.215,42	465,17	744,75	1.192,37	2.122,92	3.496,91	5.760,16
8	330,63	529,35	847,50	483,78	781,99	1.264,04	483,78	774,54	1.240,07	2.207,84	3.636,78	5.990,57
9	343,85	550,53	881,40	503,13	813,27	1.314,60	503,13	805,52	1.289,67	2.296,15	3.782,25	6.230,19
10	357,61	572,55	916,66	523,25	845,80	1.367,18	523,25	837,74	1.341,26	2.388,00	3.933,54	6.479,40
11	371,91	595,45	953,33	544,18	879,63	1.421,87	544,18	871,25	1.394,91	2.483,52	4.090,89	6.738,57
12	386,79	619,27	991,46	565,95	914,82	1.478,74	565,95	906,10	1.450,70	2.582,86	4.254,52	7.008,12

Tabela 03 - Proposta com Reajuste de 15,0%

	Agente de Apoio			Agente de Execução			Agente Penitenciário			Agente Profissional		
	Classe			Classe			Classe			Classe		
	III	II	I	III	II	I	III	II	I	III	II	I
1	262,67	420,55	673,31	384,34	621,26	1.004,23	384,34	615,34	985,18	1.754,04	2.889,28	4.759,26
2	273,18	437,37	700,24	399,72	646,11	1.044,40	399,72	639,96	1.024,59	1.824,20	3.004,85	4.949,63
3	284,11	454,86	728,25	415,70	671,95	1.086,17	415,70	665,55	1.065,57	1.897,17	3.125,04	5.147,62
4	295,47	473,06	757,38	432,33	698,83	1.129,62	432,33	692,18	1.108,20	1.973,05	3.250,04	5.353,52
5	307,29	491,98	787,67	449,63	726,78	1.174,80	449,63	719,86	1.152,52	2.051,98	3.380,05	5.567,67
6	319,58	511,66	819,18	467,61	755,86	1.221,79	467,61	748,66	1.198,62	2.134,05	3.515,25	5.790,37
7	332,36	532,13	851,95	486,31	786,09	1.270,67	486,31	778,60	1.246,57	2.219,42	3.655,86	6.021,99
8	345,66	553,41	886,03	505,77	817,53	1.321,49	505,77	809,75	1.296,43	2.308,19	3.802,09	6.262,87
9	359,48	575,55	921,47	526,00	850,24	1.374,35	526,00	842,14	1.348,29	2.400,52	3.954,18	6.513,38
10	373,86	598,57	958,33	547,04	884,24	1.429,33	547,04	875,82	1.402,22	2.496,54	4.112,34	6.773,92
11	388,82	622,51	996,66	568,92	919,61	1.486,50	568,92	910,86	1.458,31	2.596,40	4.276,84	7.044,87
12	404,37	647,41	1.036,52	591,68	956,40	1.545,96	591,68	947,29	1.516,64	2.700,26	4.447,91	7.326,67

Tabela 04 - Proposta com Reajuste de 20,0%

	Agente de Apoio			Agente de Execução			Agente Penitenciário			Agente Profissional		
	Classe			Classe			Classe			Classe		
	III	II	I	III	II	I	III	II	I	III	II	I
1	274,09	483,83	702,58	401,05	648,27	1.047,89	401,05	642,10	1.028,02	1.830,30	3.014,90	4.966,19
2	285,06	456,39	730,68	417,09	674,20	1.089,80	417,09	667,78	1.069,14	1.903,51	3.135,49	5.164,84
3	296,46	474,64	759,91	433,78	701,17	1.133,40	433,78	694,49	1.111,90	1.979,65	3.260,91	5.371,43
4	308,32	493,63	790,31	451,13	729,22	1.178,73	451,13	722,27	1.156,38	2.058,84	3.391,35	5.586,29
5	320,65	513,37	821,92	489,17	758,38	1.225,88	469,17	751,16	1.202,63	2.141,19	3.527,00	5.809,74
6	333,47	533,91	854,80	487,94	788,72	1.274,92	487,94	781,21	1.250,74	2.226,84	3.668,08	6.042,13
7	346,81	555,26	888,99	507,46	820,27	1.325,91	507,46	812,46	1.300,77	2.315,91	3.814,81	6.283,81
8	360,69	577,47	924,55	527,76	853,08	1.378,95	527,76	844,95	1.352,80	2.408,56	3.967,40	6.535,16
9	375,11	600,57	961,53	548,87	887,20	1.434,11	548,87	878,75	1.406,91	2.504,89	4.126,10	6.796,57
10	390,12	624,60	999,99	570,82	922,69	1.491,47	570,82	913,90	1.463,19	2.605,09	4.291,14	7.068,43
11	405,72	649,58	1.039,99	593,65	959,60	1.551,13	593,65	950,46	1.521,71	2.709,29	4.462,79	7.351,17
12	421,95	675,56	1.081,59	617,40	997,98	1.613,18	617,40	988,48	1.582,58	2.817,66	4.641,30	7.645,22

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 12

Modifique-se o artigo 18, substituindo-se o termo valor pelo termo porcentagem, em todos os seus incisos, bem como seu artigo 1º passando os mesmos a vigorarem com a seguinte redação:

“Art. 18 - Ficam criadas as seguintes vantagens, para aplicação exclusiva aos funcionários integrantes do QPPE:

I - Adicional de Atividade Penitenciária - AAP: retribuição financeira fixada em porcentagem, de natureza permanente, exclusiva para o cargo e função de Agente Penitenciário relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida inerente à função, incorporável para todos os efeitos legais;

II - Adicional do Vão - AAV: retribuição financeira fixada em porcentagem, de natureza permanente, para o cargo Agente de Aviação, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida da atividade de vôo, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais;

III - Gratificação de atividade Técnica - GAT: retribuição financeira fixada em porcentagem, de natureza transitória, para o cargo de Agente Profissional, para atividades de gerenciamento de projetos, atividades ou setores funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base, incompatível com cargo de provimento em comissão, função gratificada, Gratificação de Atividade em Unidade Penal e Correcional Intra Muros - GADI, Encargos Especiais e Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE;

IV - Gratificação de Atividade de Saúde - GAS: retribuição financeira fixada em porcentagem, de natu-

reza transitória, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida da atividade de saúde, incompatível com a Gratificação de Atividade Técnica - GAT, Adicional de Atividade Penitenciária - AAP e Gratificação de Atividade em Unidade Penal ou Correcional Intra Muros - GADI, não é incorporável na inatividade;

V - Gratificação de Atividade Artística: retribuição financeira fixada em porcentagem, de natureza transitória, exclusiva para as funções de Bailarino e Músico, que atuem no Centro Cultural Teatro Guaíra - CCTG, não incorporável na inatividade; e

VI - Gratificação de Atividade em Unidade Penal ou Correcional Intra Muros - GADI: retribuição financeira fixada em porcentagem, de natureza transitória, para outros cargos e funções que não Agente Penitenciário, no exercício de suas funções nas unidades penais ou correccionais, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida no contrato direto e contínuo com o presidiário, não incomparável na inatividade.

Art. 1º - Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação e fixará as porcentagens das gratificações e que se referem os incisos anteriores.”

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Nereu Moura e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

O termo valor não assegura direitos já conquistados pelas categorias e o termo porcentagem fornece maior segurança jurídica, evitando inclusive perdas salariais progressivas.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 13

Adicione-se, onde couber, o artigo abaixo:

“Art. - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a adequar os cargos de servidores penitenciários de acordo com a função que vêm exercendo, ou por opção, conforme a qualificação técnica, a responsabilidade técnica e o nível de escolaridade exigível para cada caso, no período de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei”.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Nereu Moura, Luciana Rafagnin e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa corrigir injustiças que ocorrem dentro da carreira dos servidores penitenciários.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 14

Inclua-se, onde couber, o artigo abaixo:

“Art. - Os servidores penitenciários e educadores sociais têm direito à aposentadoria especial, devido à natureza de trabalhos insalubres, perigosos e penosos, após o exercício de 25 anos de suas respectivas funções.”

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Nereu Moura e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

Toda a categoria penitenciária e de educadores sociais deste Estado do Paraná, exercem funções de natureza insalubre, penosa e perigosa. Destarte, por ser uma categoria profissional diferenciada, com atividades laboriais de natureza policial, deve ser enquadrada no rol das classes laboriais que têm direito à aposentadoria especial.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 15

Modifique-se o artigo 27, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27 - A primeira progressão por tempo de serviço para o pessoal ativo, ocorrerá:

I - para o cargo de Agente de Apoio: imediatamente à publicação desta lei;

II - para o cargo de Agente de Execução, Agente de Aviação e Agente Penitenciário: imediatamente a publicação desta lei;

III - para o cargo de Agente Profissional: imediatamente à publicação desta lei.

Parágrafo Único - Mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, o Chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da primeira progressão”.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Marcos Isfer, Nereu Moura, Hermes Fonseca e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

A modificação justifica-se que o número de funcionários públicos em condições de adquirir promoções e/ou avanços é muito grande, e, diante de tantos anos sem este benefício, não há sentido em aguardar 12 ou até 18 meses como propõe o governo do Estado.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 16

Modifique-se o artigo 26, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26 - ...

I - para o cargo de Agente de Apoio: imediatamente à publicação desta lei;

II - para o cargo de Agente de Execução, Agente de Aviação e Agente Penitenciário: imediatamente a publicação desta lei;

III - para o cargo de Agente Profissional: imediatamente à publicação desta lei.

Parágrafo Único - Mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, o Chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da primeira promoção”.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Marcos Isfer, Nereu Moura, Hermes Fonseca e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

A modificação justifica-se que o número de funcionários públicos em condições de adquirir promoções e/ou avanços é muito grande, e, diante de tantos anos sem este benefício, não há sentido em aguardar 12 ou até 18 meses como propõe o governo do Estado.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 17

Modifique-se o artigo 29, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29 - As gratificações a que se refere o Anexo V, ficam convertidas em valor correspondente ao percebido na data da publicação dessa Lei, sendo devidas enquanto o funcionários permanecer no local, ficando vedada sua percepção para os demais funcionários do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE.

§ 1º - As gratificações a que se refere o artigo 18 serão implementadas a partir da publicação desta lei.

§ 2º - ...

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Marcos Isfer, Nereu Moura, Hermes Fonseca e Luciana Rafagnin

JUSTIFICATIVA:

A modificação justifica-se que o número de funcionários públicos em condições de adquirir promoções e/ou avanços é muito grande, e, diante de tantos anos sem este benefício, não há sentido em aguardar 12 ou até 18 meses como propõe o governo do Estado.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 18

Modifique-se o parágrafo único do artigo 10, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - São critérios para promoção:

- a) quatro anos, por antiguidade;
- b) assiduidade;
- c) produtividade; e
- d) porcentagem permitida de faltas, além as regulamentadas pelo estatuto dos Servidores Públicos Estaduais”.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoio:

Marcos Isfer, Nereu Noura, Hermes Fonseca e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

O artigo em questão trata de promoções funcionais e para toda e qualquer promoção a ser implementada, ainda mais na seara jurídica, mister se faz sejam criteriosas e no âmbito da realidade funcional, situacional e profissional do destinatário da promoção.

Não há sentido nem lógica e nem técnica jurídica sacramentar em favor de um sujeito de direito uma promoção funcional, cujos critérios para tal serão futuramente estabelecidos.

Como sugestão, manifestamo-nos no sentido de que, no campo das promoções, a periodicidade pode ser de 04 anos, e os critérios, os de assiduidade, da produtividade de uma porcentagem permitida de faltas ao trabalho, além das estatutariamente já estabelecidas, durante a mencionada periodicidade.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 19

Adicione-se texto ao parágrafo único do artigo 1º, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

Parágrafo Único - As disposições à presente lei não se aplicam aos funcionários dos demais quadros de pessoal integrantes de carreiras estabelecidas por legislação própria, excetuando as carreiras de base da Polícia Civil do Estado, conforme constou da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002, e do Artigo 38 da Lei Complementar Estadual nº 89, de 25 de julho de 2001, publicadas no Diário Oficial nº 6036, de 26.06.2001”.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoio:

Marcos Isfer, Nereu Moura, Hermes Fonseca e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2002, aprovada por esta Assembléia Legislativa e publicada no Diário Oficial nº 6036, de 26 de junho de 2001, ficou consignado o compromisso de se evitarem reajustes gerais de salários do funcionalismo e a instituição de novos benefícios, com exceção dos que se fizerem necessários para recompor os salários das carreiras de base, nas áreas prioritárias de atuação do Estado, especialmente na área de Segurança Pública.

No mesmo Diário Oficial, foi publicada a Lei Complementar nº 89, de 25 de julho de 2001, que alterou alguns dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná), estabelecendo, em seu artigo 38, a seguinte norma: “O ingresso nas carreiras de Escrivão, de Polícia, Investigador de Polícia, Datiloscopista e Identificador Datiloscópico, somente dar-se-á com a comprovação de escolaridade de terceiro grau ou equivalente.

Assim sendo, faz-se necessário adequar as Tabelas de Vencimentos das Carreiras de Base da Polícia Civil do Estado, tornando-se como referencial a Tabela de Agente Profissional III, uma vez que não podem ser descumpridos os compromissos firmados em lei com a categoria.

De se notar, que a presente Emenda acha-se amparada no que estabelece a referida Lei de Diretrizes Orçamentárias, e segue as diretrizes constitucionais observadas no anteprojeto de lei que pretende emendar, sendo certo que se cumpre a estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, vez que a categoria acha-se amparada por tais leis.

Ademais, é imperiosa a necessidade de se regular os vencimentos dos Policiais Civis do Estado, de há muito tempo defasados, visando remunerá-los de forma condigna com a função, privilegiando-se aqueles profissionais que, ao longo da carreira policial, procuram capacitar-se cada vez mais, objetivando prestar melhor serviço à sociedade paranaense.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 20

Adicione-se ao *caput* do artigo 26 a palavra “inativos”, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

Art. 26 - A primeira promoção, para o pessoal ativo e inativo, ocorrerá:

I -

II -

II -

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoio:

Hermes Fonseca, Nereu Moura, Luciana Rafagnin e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

Conforme o artigo 40, parágrafo 8º a Constituição Federal:

Art. 40 - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial no disposto neste artigo.

§ 8º - Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendido aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei”.

“Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e também ao seguinte:

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”.

Verificamos pelo exposto que a Carta Magna Federal respalda a inclusão ora proposta.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 21

Fica acrescido ao Projeto de Lei nº 386/2002, artigo com a seguinte redação:

“Art. .. - Fica o Poder Executivo, através do Detran, autorizado a fiscalizar o pagamento da contribuição sindical dos transportadores rodoviários autônomos de bens, quando do pagamento do Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Parágrafo Único - A não observância do disposto neste artigo acarretará no impedimento da expedição do licenciamento.”

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) NELSON JUSTUS

Apoioamento:

Nelson Garcia, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia Elio Rusch e 1 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 22

Emenda modificativa: Altera-se o artigo 9º § 3º, inciso V, que passa a ter a redação abaixo. Ou seja, troca-se “a cada quatro anos” por “a cada dois anos”.

V - para o cargo de Agente Profissional: até dois níveis na função, a cada dois anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho da função exercida, sendo um nível para cada 180 (cento e oitenta) horas ou por experiência.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(aa) NEREU MOURA, AUGUSTINHO ZUCCHI, HERMES FONSECA, ALGACI TULIO, MARCOS ISFER, LUCIANA RAFAGNIN, JOSÉ MARIA FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda tem por finalidade estimular a qualificação profissional dos servidores públicos, na medida em que ao invés de esperar-se quatro anos para a progressão por titulação passa-se a fazê-la a cada dois anos, acelerando o processo de profissionalização e requalificação dos servidores estaduais.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 23

Emenda Supressiva: Suprime-se o inciso IV, do artigo 18, do Capítulo II, Seção V, substituindo-o com a inclusão de novos incisos IV e V, com a seguinte redação:

“IV - Gratificação de insalubridade - GI: retribuição financeira fixada em percentuais de mínimo grau (10% sobre o vencimento base); de médio grau (20% sobre o vencimento base) e máximo grau (40% sobre o vencimento base) de natureza transitória, relativa a caráter insalubre, incompatível com a gratificação de atividade técnica - GAT - adicional de atividade penitenciária - AAP e gratificação de atividade em Unidade Penal ou Correcional Intramuros - GADI, não incorporável na inatividade;

V - Gratificação de Periculosidade - GP: retribuição financeira fixada em 30% do vencimento base, de natureza transitória, relativa ao caráter penoso, perigoso e com risco de vida da atividade de saúde, incompatível com a gratificação de atividade técnica - GAT, adicional de atividade penitenciária - AAP e gratificação de atividade em Unidade Penal ou Correcional Intramuros - GADI, não incorporável na inatividade.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(aa) NEREU MOURA, HERMES FONSECA, AUGUSTINHO ZUCCHI, ALGACI TULIO, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUCIANA RAFAGNIN, MARCOS ISFER.

JUSTIFICATIVA:

A Gratificação de Insalubridade e a Gratificação de Periculosidade é um direito conquistado pelos servidores públicos estaduais, em especial no setor da saúde, desde há muito tempo. Em toda a legislação federal os percentuais dos referidos adicionais são sobre salário mínimo e/

ou salário base. E mais, agentes insalubres e/ou perigosos podem variar de intensidade, que na legislação federal e até na legislação estadual paranaense (Lei Estadual nº 10.692/93) são chamados de Grau (máximo- 40%- médio 20% e mínimo 10% para insalubridade, sobre o menor vencimento base da tabela salarial ou sobre o Salário Mínimo Nacional) e 30% para a periculosidade, sobre o vencimento base do cargo).

E mais, conforme o período e/ou problemas enfrentados pela saúde pública, nos locais de trabalho a intensidade dos agentes, ou melhor, a intensidade que tais agentes podem atuar na saúde das pessoas pode variar e muito. Somente uma perícia pode identificar qual é o perigo ou dano à saúde do trabalhador.

Por se tratar de adicional que pode variar conforme os fatores de risco e exposição aos agentes nocivos à saúde nos ambientes de trabalho, não se deve fixar um valor ou um percentual para todos os trabalhadores, sob pena de tratamento diferenciado entre os trabalhadores.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 24

Emenda Aditiva: Acrescentam-se dois novos parágrafos, renumerando-se o parágrafo único como parágrafo primeiro:

Art. 20 -.....

“§2º - Os atuais funcionários aposentados e os pensionistas do Quadro Geral do Estado, para efeito de enquadramento na nova Tabela de Referência de Vencimento, terão considerados além do exposto no caput, incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo, o tempo de efetivo exercício (antiguidade), a correlação da posição na Tabela de Referência de Vencimento anterior para a que integra a presente lei e, a titulação obtida quando em atividade.

§ 3º - O que determina o parágrafo 2º terá aplicação imediatamente a publicação da lei.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(aa) NEREU MOURA, HERMES FONSECA, AUGUSTINHO ZUCCHI, LUCIANA RAFAGNIN, MARCOS ISFER, ALGACI TULIO, JOSÉ MARIA FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta nos novos parágrafos 2º e 3º fazem jus ao disposto no artigo 33, inciso VI, da Constituição Estadual, que prevê: “Tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajuste ou outros tratamentos remuneratórios ou desenvolvimento nas carreiras”, e como o que determina a Constituição Federal, no artigo 40, § 8º, cuja redação é a seguinte: “Observado o disposto no artigo 37, inciso XI, os proventos de aposentadoria e pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando

decorrentes da transformação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para concessão da pensão, na forma da lei”.

Propõe-se esta emenda no intuito de dar cumprimento a preceitos constitucionais, bem como trazer o justo tratamento igualitário aos aposentados e pensionistas. A aplicação pura e simples do enquadramento como está proposto neste projeto de lei acarretará prejuízo evidente, visto que, encontrando-se em final de suas respectivas classes, terão ínfimos percentuais de acréscimo em seus salários.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 25

Emenda Aditiva: Inclua-se o artigo 25, no Capítulo III - Do enquadramento, cuja redação será a seguinte:

Art. 25 -.....

“Os servidores atualmente ocupantes da função de atendente de enfermagem, serão enquadrados na função de auxiliar de enfermagem e no cargo de agente de execução”.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(aa) NEREU MOURA, AUGUSTINHO ZUCCHI, HERMES FONSECA, MARCOS ISFER, LUCIANA RAFAGNIN, JOSÉ MARIA FERREIRA E ALGACI TULIO.

JUSTIFICATIVA:

Há uma situação específica no setor saúde referente aos servidores da área de enfermagem.

Por força da Lei Federal nº 7498/1986, regulamentada pelo Decreto 94.406/87, a categoria “atendente de enfermagem” foi extinta e estes servidores foram compelidos a se qualificar para continuar exercendo as atividades referentes à função de auxiliar de enfermagem.

O próprio Estado do Paraná praticamente já compeliu todos os Atendentes de Enfermagem a se adequarem às normas da citada Lei Federal, de acordo com todas as disposições do Corem - Conselho Federal de Enfermagem. Ou seja, todos os atendentes de enfermagem que atuam no Quadro de Servidores do Estado do Paraná já fizeram o Curso de Auxiliar de Enfermagem, e principalmente, já atuam como auxiliar de enfermagem.

No entanto até o momento o Estado do Paraná não dispunha de um mecanismo legal para regularizar a situação e proceder à reclassificação destes servidores para o cargo de Auxiliar de enfermagem. O QPPE deve ser este mecanismo de correção de equívocos e de distorções funcionais.

Em suma, todos os servidores Atendentes de Enfermagem estão devidamente qualificados e regularizados nos termos da lei do exercício profissional e estão efetivamente exercendo a função de Auxiliar de Enfermagem. Razão não há para que estes servidores tenham outra nomenclatura que não a de Auxiliar de Enfermagem.

O anexo II, que define os Requisitos de escolaridade mínima para as carreiras, cargos e das funções do

QPPE, coloca o atendente de enfermagem na carreira/cargo de agente de apoio e na função de auxiliar de saúde. Na emenda proposta justifica-se o seu enquadramento (reclassificação) como auxiliar de enfermagem. Ou seja, na carreira/cargo de agente de execução.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 26

Emenda Modificativa: Altera-se o Artigo 26, que trata da primeira promoção e o artigo 27, que trata da primeira progressão, os quais passam a ter a seguinte redação:

“Art. 26 - A primeira promoção se dará indistintamente para os cargos de agente de apoio, execução, aviação, penitenciário e profissional, imediatamente à publicação desta lei.

Art. 27 - A primeira progressão por tempo de serviço se dará para os cargos de agentes de apoio, execução, aviação, penitenciário e profissional, 12 (doze) meses contados, a partir do enquadramento na presente lei.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(aa) NEREU MOURA, AUGUSTINHO ZUCCHI, HERMES FONSECA, MARCOS ISFER, LUCIANA RAFAGNIN, JOSÉ MARIA FERREIRA E ALGACI TULIO.

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta nos artigos 26 e 27, que tratam respectivamente da primeira promoção e primeira progressão, fazem jus ao disposto no artigo 33, inciso VI, da Constituição Estadual, que prevê: “Tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajuste ou outros tratamentos remuneratórios ou desenvolvimento nas carreiras”.

Ou seja, não é possível aceitar-se o tratamento discriminatório aos servidores estaduais quando se pretende a implantação de um plano de cargos, carreiras e salários, que visa acima de tudo a valorização, a dignificação e a profissionalização dos servidores estaduais.

Sendo assim, estas emendas aos artigos 26 e 28, buscam garantir um tratamento justo e igualitário, bem como cumprir os preceitos constitucionais.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 27

Emenda Aditiva: Inclua-se novo artigo (o qual passa a ser o de nº 33) no Capítulo IV, que trata das Disposições Finais e Transitórias.

“Art. 33 - Será garantida a participação dos representantes dos sindicatos de servidores estaduais junto à Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SEAP), bem como a cada secretaria/órgão, nas comissões e/ou mecanismos que definirão os termos do enquadramento, nas regulamentações e decisões/ações relacionadas à implantação, desenvolvimento e manutenção do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) instituído pela presente lei.

§ 1º - Os sindicatos de servidores estaduais de cada secretaria/órgão indicará os seus representantes e na ausência destes, os servidores das respectivas instituições definirão seus representantes em Assembleia Geral, especificamente convocada para tal finalidade.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(aa) NEREU MOURA, AUGUSTINHO ZUCCHI, HERMES FONSECA, MARCOS ISFER, LUCIANA RAFAGNIN, JOSÉ MARIA FERREIRA e ALGACI TULIO.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa garantir a materialização e implementação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a transparência e a democracia na implantação e desenvolvimento do QPPE.

Esta emenda vem em consonância ao artigo 39, da Constituição Federal que prevê para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a instituição de Conselho de Política de Administração de Pessoal com a participação direta dos servidores para tratar de temática semelhante e afim. Também vem colocar em prática os princípios inclusos no artigo 8º da Constituição Federal, que trata da associação profissional ou sindical, bem como o artigo 37, inciso VI, o qual garante ao servidor público civil a livre associação sindical. Se não bastassem estes parâmetros constitucionais e concernentes à modernidade, a necessidade de tal instituto é demarcada no fato de que muitos e importantes aspectos do citado QPPE ficarão para regulamentação posterior, dos quais cita-se alguns: art. 3º § 4º (descrição de cargos, carga horária etc); art. 6º, § 2º (exame psicológico); art. 7º, § 2º (estágio probatório); art. 9º, § 2º (progressão por avaliação de desempenho); art. 10, parágrafo único (promoção); art. 11 (mudança de função); art. 12, § 2º (movimentação de pessoal); art. 16, parágrafo único (plantão); art. 18, § 1º (novas gratificações); art. 22 e 23 (enquadramento); art. 26, parágrafo único (primeira promoção); art. 27, parágrafo único (primeira progressão); art. 28 (redistribuição de cargos para a primeira promoção) e art. 31 (casos omissos).

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 28

Emenda modificativa: Altera-se o Anexo III, do Projeto de Lei nº 386/2002, citado no artigo 13.

“Os valores das Tabelas de Referência de Vencimento que integram o Anexo III deste projeto de lei, serão majorados em 20%.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(aa) NEREU MOURA, AUGUSTINHO ZUCCHI, HERMES FONSECA, MARCOS ISFER, LUCIANA RAFAGNIN E ALGACI TULIO.

JUSTIFICATIVA:

Segundo o próprio Secretário de Estado da Administração e Previdência (SEAP), o percentual médio de acréscimo financeiro no enquadramento inicial com a

implantação do QPPE, será de apenas 2% e que o objetivo do novo quadro de pessoal não é repor perdas salariais.

No entanto, estes servidores estaduais estão desde agosto/95 sem a revisão anual de salários, conforme determina o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual acumulando de ago/95 a abr/02 uma perda percentual de 66,36%

O impacto desta majoração, segundo o DIEESE/PR, é de 0,8% sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) neste exercício fiscal e 1,38% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 12 meses. Portanto, para que se garanta um mínimo de condição de sobrevivência para estes servidores estaduais é que se propõe esta emenda, a qual visa a recuperação de parte das perdas salariais, acumuladas desde agosto de 1995.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 29

Emenda Aditiva: Inclua-se novo artigo (o qual passa a ser o 32) no Capítulo IV, que trata das disposições Finais e Transitórias.

“Art. 32 - Fica assegurada a revisão anual das Tabelas de Referência de Vencimento Base das carreiras que integram o anexo III, desta lei, de forma a cumprir-se os ditames das Constituições Federal (art. 37, inciso X) e Estadual (art. 27, inciso X)”.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(aa) NEREU MOURA, AUGUSTINHO ZUCCHI, HERMES FONSECA, MARCOS ISFER, LUCIANA RAFAGNIN, JOSÉ MARIA FERREIRA E ALGACI TULIO.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa garantir a revisão anual das Tabelas de Referência de Vencimento, que integram o Anexo III, desta lei, de forma a dar cumprimento aos preceitos constitucionais (art. 37, inciso X da Constituição Federal e art. 27, inciso X, da Constituição Estadual) e impedir a irredutividade dos salários (art. 7º, inciso VI, da Constituição Federal).

Esta medida é necessária e indispensável tendo em vista que no Estado do Paraná este princípio não tem sido cumprido, ao ponto dos cerca de 46 mil servidores estaduais do Quadro Geral do Estado (QGE) - ativos, inativos e pensionistas, estarem desde agosto de 1995 com os mesmos vencimentos

base, acumulando uma defasagem salarial de 66,36% (agosto/95 a abril/2002) segundo o ICV/DIEESE/PR), a qual implica por via indireta, em violação do princípio constitucional que assegura o direito do servidor à irredutibilidade dos seus vencimentos).

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 30

Art. 26 -.....

Emenda Aditiva: O enquadramento de que trata o Capítulo III, desta lei, será efetivado no mês de julho.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(aa) NEREU MOURA, AUGUSTINHO ZUCCHI, HERMES FONSECA, MARCOS ISFER, LUCIANA RAFAGNIN, ORLANDO PESSUTI, JOSÉ MARIA FERREIRA E ALGACI TULIO.

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda é proposta visando garantir a efetivação do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), já em julho, em consonância com as afirmações do senhor secretário da SEAP - Secretaria de Estado da Administração e Previdência que tem informado aos servidores estaduais e órgãos de recursos humanos que o desejo do governo do Estado é aprovar este projeto em junho e implantá-lo em julho.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 31

Emenda Modificativa: Altera tabela de valores do Anexo III, do projeto de lei em tela:

Fica alterado o Anexo III, do referido projeto de lei, aplicando a tabela da função Agente de Execução para a função de Agente de Apoio e a tabela Agente de Aviação para a função Agente de Execução, conforme tabela em anexo.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Chico Noroeste, Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa estabelecer melhor critério de remuneração aos funcionários dos grupos Agente de Apoio e Agente de Execução, tendo em vista tratar-se de categoria que desempenha importante função no serviço público estadual, e que sofreu o maior achatamento salarial nos últimos oito anos.

ANEXO III - PROJETO DE LEI Nº 386/2002

Tabela de Referência de Vencimentos dos Cargos do QPPE

Tabelas de Vencimentos para 40 Horas Semanais

	Agente de Apoio			Agente de Execução			Agente Penitenciário		
	Classe			Classe			Classe		
	III	II	I	III	II	I	III	II	I
1	334,21	540,23	873,24	547,56	876,66	1.403,56	334,21	535,08	856,68
2	347,58	561,84	908,17	569,46	911,73	1.459,71	347,58	556,48	890,95
3	361,48	584,31	944,49	592,24	948,20	1.518,09	361,48	578,74	926,59
4	375,94	607,68	982,27	615,93	986,12	1.578,82	375,94	601,89	963,65
5	390,98	631,99	1.021,56	640,57	1.025,27	1.641,97	390,98	625,97	1.002,20
6	406,62	657,27	1.062,42	666,19	1.066,59	1.707,65	406,62	651,01	1.042,28
7	422,88	683,56	1.104,92	692,84	1.109,26	1.775,95	422,88	677,05	1.083,98
8	439,80	710,90	1.149,12	720,55	1.153,63	1.846,99	439,80	704,13	1.127,33
9	457,39	739,34	1.195,08	749,37	1.199,77	1.920,87	457,39	732,30	1.172,43
10	475,69	768,91	1.242,89	779,35	1.247,76	1.997,71	475,69	761,59	1.219,33
11	494,71	799,67	1.292,60	810,52	1.297,67	2.077,62	494,71	792,05	1.268,10
12	514,50	831,65	1.344,31	842,94	1.349,58	2.160,72	514,50	823,73	1.318,82

ANEXO III DA LEI Nº 386/2002

Tabela de Referência de Vencimentos dos Cargos do QPPE

Tabelas de Vencimentos para 40 Horas Semanais

	Agente de Aviação			Agente Profissional		
	Classe			Classe		
	III	II	I	III	II	I
1	547,56	876,66	1.403,56	1.525,25	2.512,42	4.138,49
2	569,46	911,73	1.459,71	1.586,26	2.612,91	4.304,03
3	592,24	948,20	1.518,09	1.649,71	2.717,43	1.176,19
4	615,93	986,12	1.578,82	1.715,70	2.826,13	4.655,24
5	640,57	1.025,57	1.641,97	1.784,33	2.939,17	4.841,45
6	666,19	1.066,59	1.707,65	1.855,70	3.056,74	5.035,11
7	692,84	1.109,26	1.775,95	1.929,33	3.179,01	5.236,51
8	720,55	1.153,63	1.846,99	2.007,12	3.306,17	5.445,97
9	749,37	1.199,77	1.920,87	2.087,41	3.438,41	5.663,81
10	779,35	1.247,76	1.997,71	2.170,91	3.575,95	5.890,36
11	810,52	1.297,67	2.077,62	2.257,74	3.718,99	6.125,98
12	842,94	1.349,58	2.160,72	2.348,05	3.867,75	6.371,02

ANEXO III DA LEI Nº 386/2002

Tabela de Referência de Vencimentos dos Cargos do QPPE
Tabelas de Vencimentos para 40 Horas Semanais

	Agente de Apoio			Agente de Execução			Agente Penitenciário		
	Classe			Classe			Classe		
	III	II	I	III	II	I	III	II	I
1	228,41	365,69	585,48	334,21	540,23	873,24	334,21	535,08	856,68
2	237,55	380,32	608,90	347,58	561,84	908,17	347,58	556,48	890,95
3	247,05	395,53	633,26	361,48	584,31	944,49	361,48	578,74	926,59
4	256,93	411,35	658,59	375,94	607,68	982,27	375,94	601,89	963,65
5	267,21	427,81	684,93	390,98	631,99	1.021,56	390,98	625,97	1.002,20
6	277,90	444,92	712,33	406,62	657,27	1.062,42	406,62	651,01	1.042,28
7	289,01	462,72	740,82	422,88	683,56	1.104,92	422,88	677,05	1.083,98
8	300,57	481,23	770,46	439,80	710,90	1.149,12	439,80	704,13	1.127,33
9	312,59	500,47	801,28	457,39	739,34	1.195,08	457,39	732,30	1.172,43
10	325,10	520,49	833,33	475,69	768,91	1.242,89	475,69	761,59	1.219,33
11	338,10	541,31	866,66	494,71	799,67	1.292,60	494,71	792,05	1.268,10
12	351,63	562,97	901,33	514,50	831,65	1.344,31	514,50	823,73	1.318,82

ANEXO III DA LEI Nº 386/2002

Tabela de Referência de Vencimentos dos Cargos do QPPE
Tabelas de Vencimentos para 40 Horas Semanais

	Agente de Aviação			Agente Profissional		
	Classe			Classe		
	III	II	I	III	II	I
1	547,56	876,66	1.403,56	1.525,25	2.512,42	4.138,49
2	569,46	911,73	1.459,71	1.586,26	2.612,91	4.304,03
3	592,24	948,20	1.518,09	1.649,71	2.717,43	1.176,19
4	315,93	986,12	1.578,82	1.715,70	2.826,13	4.655,24
5	640,57	1.025,57	1.641,97	1.784,33	2.939,17	4.841,45
6	666,19	1.066,59	1.707,65	1.855,70	3.056,74	5.035,11
7	692,84	1.109,26	1.775,95	1.929,33	3.179,01	5.236,51
8	720,55	1.153,63	1.846,99	2.007,12	3.306,17	5.445,97
9	749,37	1.199,77	1.920,87	2.087,41	3.438,41	5.663,81
10	779,35	1.247,76	1.997,71	2.170,91	3.575,95	5.890,36
11	810,52	1.297,67	2.077,62	2.257,74	3.718,99	6.125,98
12	842,94	1.349,58	2.160,72	2.348,05	3.867,75	6.371,02

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 32

Emenda Aditiva: Acrescenta-se novo artigo no Capítulo das Disposições Transitórias, com a seguinte redação:

“Art. - Fica estabelecido data base para os Servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a data de publicação da presente lei.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Chico Noroeste e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa estabelecer data base para os servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo, com o objetivo de periodicamente repor as perdas salariais desta categoria.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 33

Emenda Aditiva: Acrescenta novo artigo no Capítulo IV, incorporado ao vencimento base das Carreiras do QPPE, a gratificação de assiduidade, com a seguinte redação:

Art. - Fica incorporado ao Vencimento Base do QPPE, (Quadro Próprio do Poder Executivo), a gratificação de R\$100,00 (cem reais), dada a título de assiduidade aos funcionários do QGE (Quadro Geral do Estado)

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Marcos Isfer, Waldyr Pugliesi, Chico Noroeste e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, o Poder Executivo enviou Mensagem a esta Casa de Leis, concedendo gratificação especial por Assiduidade aos funcionários do Quadro Geral do Estado, no valor de R\$100,00 (cem reais). Tal gratificação se deu com vistas a minimizar o excessivo achatamento salarial que recai sobre a categoria. Assim, a presente emenda visa amenizar a injustiça salarial desta categoria, uma vez que o QPPE, não prevê recuperação das perdas.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 34

Emenda Aditiva: Acrescenta novo artigo ao capítulo IV, com a seguinte redação:

Art. - Os funcionários das Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino, após a promulgação do PCCS (Plano de Carreira Cargos e Salários) da Educação, serão imediata e automaticamente transferidos do QPPE (Quadro Próprio do Poder Executivo) e enquadrados no PCCS da Educação.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi, Chico Noroeste e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa assegurar a unidade da Carreira de Educação, com vistas à futura aprovação de Plano de Carreira próprio, o qual se encontra em trâmite nesta Casa. O enquadramento de tais funcionários em plano próprio da Educação é medida salutar que promove maior unidade desta carreira.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 35

Acresce parágrafo ao artigo 19, do Projeto de Lei nº 386/2002, com a seguinte redação:

“Art. 19 -...

§ 1º - O enquadramento dos servidores de nível universitário lotados na Secretaria de Estado dos Transportes e no Departamento de Estradas de Rodagem será efetivado através da presente lei, com alteração para 190% (cento e noventa por cento) do percentual citado no artigo 2º da Lei nº 11.714/97, de 07 de maio de 1997.”

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Moisés Leônidas, Fernando Ribas Carli e Ademar Traiano.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 36

O inciso II do artigo 19 e o inciso II do artigo 20 do Projeto de Lei nº 386/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 19 - ...

II - Enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido nas Tabelas de Referência de vencimento constante no Anexo III desta lei, sendo que, para o cargo de Agentes Profissionais será observada ainda a correspondência entre as classes da tabela proposta (III, II e I) e os padrões da tabela atual (I, II e III).

Art. 20 -

II - Enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido nas Tabelas de Referência de Vencimento constante no Anexo III desta lei, sendo que, para o cargo de Agente Profissional será observada ainda a correspondência entre as classes da tabela proposta (III, II e I) e os padrões da tabela atual (I, II e III).

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Cezar Silvestri, Caíto Quintana, Serafina Carilho, Pastor Edson Praczyk, Ângelo Vanhoni.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 37

O inciso II do artigo 19 e o inciso II do artigo 20 do Projeto de Lei nº 386/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 19 - ...

II - Enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido nas Tabelas de Referência de Vencimento constante no Anexo III desta lei, sendo que, para o cargo de Agente Profissional será observada ainda a correspondência entre as classes da tabela proposta (III, II e I) e os padrões da tabela atual (I, II e III).

Art. 20 -

II - Enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido nas Tabelas de Referência de Vencimento constante no Anexo III desta lei, sendo que, para o cargo de Agente Profissional será observada ainda a correspondência entre as classes da tabela proposta (III, II e I) e os padrões da tabela atual (I, II e III).

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) MARCOS ISFER

Apoioamento:

Cezar Silvestri, Caíto Quintana, Serafina Carilho, Pastor Edson Praczyk, Ângelo Vanhoni.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 38

Emenda Modificativa: acrescenta-se novo artigo no Capítulo IV, com a seguinte redação:

Art. - Ficam alterados os valores do Anexo III, do referido projeto, recompondo parte das perdas salariais acumulada pelos respectivos servidores nos últimos oito anos, aplicando alíquota de 52% (cinquenta e dois por cento) para a categoria Agente de Apoio nas classes III, II e I, bem como, alíquota de 35% (trinta e cinco por cento), para as categorias Agente de Execução e Agente Penitenciário, nas Classes III, II e I, conforme tabela em anexo.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Serafina Carrilho, Caíto Quintana, Neivo Beraldin, Marcos Isfer e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa recompor perdas salariais acumuladas pelos servidores das Categorias Agente de Apoio, Agente de Exceção e Agente Penitenciário, que sofreram pesado achatamento salarial nos últimos oito anos. Trata-se, pois de recompor o poder aquisitivo dos salários destes servidores, fazendo-se justiça a tão importante setor do funcionalismo público estadual.

ANEXO III DA LEI Nº 386/2002

Tabela de Referência de Vencimentos dos Cargos do QPPE

Tabelas de Vencimentos para 40 Horas Semanais

	Reajuste de 52% Agente de Apoio			Reajuste de 35% Agente de Execução			Reajuste de 35% Agente Penitenciário		
	Classe			Classe			Classe		
	III	II	I	III	II	I	III	II	I
1	347,18	555,85	889,93	451,18	729,31	1.178,87	451,18	722,36	1.156,52
2	361,08	578,09	925,53	469,23	758,48	1.226,03	469,23	751,25	1.202,78
3	308,81	601,21	962,56	488,00	788,82	1.275,06	488,00	781,30	1.250,90
4	390,53	625,25	1.001,06	507,52	820,37	1.326,06	507,52	812,55	1.300,93
5	406,16	650,27	1.041,09	527,82	853,19	1.379,11	527,82	845,06	1.352,97
6	422,41	676,28	1.082,74	548,94	887,31	1.434,27	548,94	878,86	1.407,08
7	439,30	703,33	1.126,05	570,89	922,81	1.491,64	570,89	914,02	1.463,37
8	456,87	731,47	1.171,10	593,73	959,72	1.551,31	593,73	950,58	1.521,90
9	475,14	760,71	1.217,95	617,48	998,11	1.613,36	617,48	988,61	1.582,78
10	494,15	791,14	1.266,66	642,18	1.038,03	1.677,90	642,18	1.028,15	1.646,10
11	513,91	822,79	1.317,32	667,86	1.079,55	1.745,01	667,86	1.069,27	1.711,94
12	534,48	855,71	1.370,02	694,58	1.122,73	1.814,82	694,58	1.112,04	1.780,41

ANEXO III DA LEI Nº 386/2002
Tabela de Referência de Vencimentos dos Cargos do QPPE
Tabelas de Vencimentos para 40 Horas Semanais

	Agente de Aviação			Agente Profissional		
	Classe			Classe		
	III	II	I	III	II	I
1	547,56	876,66	1.403,56	1.525,25	2.512,42	4.138,49
2	569,46	911,73	1.459,71	1.586,26	2.612,91	4.304,03
3	592,24	948,20	1.518,09	1.649,71	2.717,43	1.176,19
4	315,93	986,12	1.578,82	1.715,70	2.826,13	4.655,24
5	640,57	1.025,57	1.641,97	1.784,33	2.939,17	4.841,45
6	666,19	1.066,59	1.707,65	1.855,70	3.056,74	5.035,11
7	692,84	1.109,26	1.775,95	1.929,93	3.179,01	5.236,51
8	720,55	1.153,63	1.846,99	2.007,12	3.306,17	5.445,97
9	749,37	1.199,77	1.920,87	2.087,41	3.438,41	5.663,81
10	779,35	1.247,76	1.997,71	2.170,91	3.575,95	5.890,36
11	810,52	1.297,67	2.077,62	2.257,74	3.718,99	6.125,98
12	842,94	1.349,58	2.160,72	2.348,05	3.867,75	6.371,02

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 39

Emenda Aditiva: Acrescenta-se novo artigo no Capítulo Das Disposições Transitórias, com a seguinte redação:

Art. - O Poder Executivo enviará, no prazo de 90 dias, contados da publicação desta lei, mensagem à Assembléia Legislativa, contendo proposta de Plano de Carreira Cargos e Salários para o Sistema Penitenciário Estadual, discriminando as categorias Agente Penitenciário de Segurança, Agente Penitenciário Administrativo, Agente Penitenciário da Saúde e Agente Penitenciário Profissional.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Marcos Isfer, Caíto Quintana e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa assegurar que o Poder Executivo envie a esta Casa de Leis, proposta de PCCS, para os servidores do Sistema de Segurança Pública e Penitenciário, com vistas a estabelecer tratamento adequado à categoria, contemplando as especialidades deste seguimento.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 40

Emenda Modificativa: Altera-se o artigo 26 do referido projeto de lei, ficando com a seguinte redação:

Art. 26 -A primeira promoção, para pessoal ativo, ocorrerá após 60 dias, para todos os cargos de que trata a presente lei, contados de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Marcos Isfer, Caíto Quintana e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa assegurar o critério de tratamento igualitário ao conjunto de funcionários que formam o QPPE, tendo em vista que se trata do quadro mais penalizado pela atual administração, sendo necessários que todos, a igual tempo, recebam as promoções a que fazem jus, não se justificando as discriminações propostas pela Mensagem do Poder Executivo.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 41

Emenda Modificativa: Altera-se o artigo 27 do referido projeto de lei, ficando com a seguinte redação:

Art. 26 -A primeira progressão, para pessoal ativo, ocorrerá após 120 dias, para todos os cargos de que trata a presente lei, contados de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Marcos Isfer, Caíto Quintana e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa assegurar o critério de tratamento igualitário ao conjunto de funcionários que formam o QPPE, tendo em vista que se trata do quadro mais penalizado pela atual administração, sendo necessários que todos, a igual tempo, recebam as promoções a que fazem jus, não se justificando as discriminações propostas pela Mensagem do Poder Executivo.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 42

Emenda Aditiva: Acrescenta-se novo artigo ao referido projeto de lei, introduzindo no Quadro Próprio do Poder Executivo, o Agente Cultural, com a seguinte redação:

Art. - Fica criado na estrutura do Quadro Próprio do Poder Executivo a Carreira de Agente Cultural.

§ 1º - A Carreira de Agente Cultural terá 03 (três) classes sendo: Classe III - Nível de escolaridade Ensino Fundamental; Classe II - Nível de escolaridade Ensino Médio; e Classe I - Nível de escolaridade Ensino Superior.

§ 2º - Os Agentes Culturais serão enquadrados conforme tabela em anexo de vencimento, a qual passará a integrar o Anexo III, da presente lei.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Marcos Isfer, Caíto Quintana e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa corrigir distorções existentes em relação às especialidades funcionais da atividade artística cultural. O Agente Cultural em razão de sua função de divulgador da política geral, e cultural em particular, do Governo do Estado do Paraná, se vê obrigado a jornadas de trabalho irregulares e deslocamentos de seu local de origem, devendo estar disponível a viagens o que influi diretamente em sua vida particular, fato que o distingue dos demais profissionais do QPPE.

Destaca-se também, a natureza penosa da atividade do Agente Cultural, em função do excessivo esforço físico a que se submetem, especialmente os profissionais de dança.

Por fim, a citada emenda visa atender a nova regulamentação profissional desta categoria.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 43

Emenda Modificativa: Altera a redação do inciso V, do artigo 18, do referido projeto de lei, ficando com a seguinte redação:

Art. 18 -

.....

V - Gratificação de Atividade Artística - GAS: Redistribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, exclusiva para funções diretamente ligadas à produção de espetáculos, tais como: bailarino, músico, técnico, produtor e professor de dança (instrutor artístico) que atuem no CCTG, relativa ao caráter da natureza da produção artística, da inconstância da jornada de trabalho e dos deslocamentos necessários a turnês (viagens), não incorporável na inatividade.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Marcos Isfer, Caíto Quintana e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa ampliar a extensão da Gratificação de Atividade Artística, para corrigir distorções existentes em relação às especificidades funcionais da atividade artística cultural. O Agente Cultural em razão de sua função de divulgador da política geral, e cultural em particular, do Governo do Estado do Paraná, se vê obrigado a jornadas de trabalho irregulares e deslocamentos de seu local de origem, devendo estar disponível a viagens o que influi diretamente em sua vida particular.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 44

Emenda Aditiva: Acrescenta-se o inciso VII, ao artigo 18, do referido projeto de lei, com a seguinte redação:

Art. 18 - ...

.....

VII - Gratificação de Atividade Física - GAF: Retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, exclusiva para a função de bailarino, relativa ao caráter de manutenção da saúde física necessária ao desempenho da função, não incorporável na inatividade.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Marcos Isfer, Caíto Quintana e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa criar a Gratificação de Atividade Física - GAF, exclusivamente para a função de bailarino, considerando que no exercício de sua função precisa de tratamento especializado, face excessivo esforço físico a que se submete.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 45

Emenda Aditiva: Acrescenta-se novo artigo ao Capítulo IV, criando a função de Bailarino Profissional, com a seguinte redação:

Art. 18 - Fica criado a função de Bailarino Profissional, a ser ocupado pelo Bailarino que possua escolaridade de Nível Superior, na área específica.

Parágrafo Único - O Bailarino que não possua a escolaridade prevista no *caput*, será enquadrado como Bailarino Técnico.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Marcos Isfer, Caíto Quintana e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa incentivar a qualificação profissional do artista bailarino, indo ao encontro da iniciativa do Governo do Estado do Paraná em elevar o nível educacional dos profissionais da dança, o qual criou o Curso Superior de Dança em Curitiba.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 46

Emenda Aditiva: Acrescenta-se novo artigo ao Capítulo III, dispondo sobre o enquadramento do Bailarino Profissional, com a seguinte redação:

Art. - Os funcionários atuantes, ocupantes dos cargos de Bailarino Principal, Bailarino Solista, Corpo de Baile, Ensaíador de Dança, Maitre de Ballet e Diretor de Ballet, serão enquadrados na Função de Bailarino Profissional, desde que atendem aos requisitos de escolaridade. Os demais ocuparão a função de Bailarino Técnico.

Parágrafo Único - Os funcionários Bailarinos Técnicos poderão ser reenquadrados como Bailarinos Profissionais no prazo máximo de 06 (seis) anos, atendidos aos requisitos da escolaridade.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Marcos Isfer, Caíto Quintana e Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa incentivar a qualificação profissional do artista bailarino, indo ao encontro da iniciativa do Governo do Estado do Paraná em elevar o nível educacional dos profissionais da dança, o qual criou o Curso Superior de Dança em Curitiba.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 47 AO ARTIGO 21

Substitua-se o *caput* do artigo 21 do Projeto de Lei nº 386/2002 para dizer:

Art. 21 - Os funcionários atualmente ocupantes das funções e ou cargos de Médico Plantonista, Sanitarista e Técnico Especialista com formação em Medicina, serão enquadrados no cargo de Médico e os servidores portado-

res de diploma de curso superior, não enquadrados nos Cargos e Funções de técnico III, II e I do Quadro Geral - QG, serão enquadrados no cargo de Agente Profissional do QPPE, conforme suas formações.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Ademir Bier, Nereu Moura, Cezar Silvestri e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa equacionar situação que atinge servidores públicos que se encontram em desnível de enquadramento face às suas formações profissionais e desenvolvimento de funções no âmbito do Poder Executivo.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 48

Modifique-se o *caput* do artigo 19, e acrescente-se alínea "f" ao parágrafo único do artigo 19.

Art. 19 -Os atuais funcionários do Quadro Geral - QG, serão enquadrados no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE e os servidores portadores de diploma de curso superior, não enquadrados nos Cargos e Funções de Técnico III, II e I, do Quadro Geral serão enquadrados no cargo de Agente Profissional do QPPE, de acordo com suas formações, observados os seguintes procedimentos e na ordem:

I -

II -

Parágrafo Único -

a).

b).

c).

d).

e).

f) para as funções não enquadradas no Cargo Técnico II, II e I do QG, enquadrados no cargo Agente Profissional: vencimentos base.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Ademir Bier, Nereu Moura, Cezar Silvestri e Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa equacionar situação que atinge servidores públicos que se encontram em desnível de enquadramento face às suas formações profissionais e desenvolvimento de funções no âmbito do Poder Executivo.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 49

Substitua-se o artigo 1º do PL 386/2002, para dizer:

Art. 1º - Fica instituído o Quadro Próprio do Poder Executivo, do Estado do Paraná - QPPE, que organiza os

cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes, da alteração em cinco carreiras, fundamentando nos princípios de qualificação profissional, desempenho com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa equacionar o texto aos dispositivos legais e constitucionais vigentes.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 50

Substitua-se o atual parágrafo 2º, inclusive os incisos I, II do artigo 9º, para dizer:

Art. 9º -...

§ 1º -...

§ 2º - A progressão por Avaliação de Desempenho será equivalente a uma referência salarial, a ser definida em lei.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa equacionar o texto do PL 386/2002 aos dispositivos constitucionais e aos princípios da transparência e impessoalidade.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 51

Suprima-se o parágrafo 5º do artigo 9º do Projeto de Lei 386/2002.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN, WALDYR PUGLIESI, NEREU MOURA, PASTOR EDSON PRACZYK, ANTONIO ANIBELLI, LUIZ CARLOS ZUK.

JUSTIFICATIVA:

São inúmeros os cursos de formação permanente com excelente qualidade e que não se encontram necessariamente enquadrados no perfil de Instituições Reconhecidas ou erigidas pelo Ministério da Educação ou similar. Deve-se ter em conta que se trata de exigência de formação permanente para qualificação profissional, assim, os cursos ministrados por entidades nacionais e internacionais tanto oficiais, credenciadas ou mesmo de Entidades de Formação ou Qualificação devem ser aceitos para efeitos de promoção. Parece-nos que o Estado não tem necessidade de um volume expressivo de doutores ou "PHD's", mas sim de profissionais competentes na área em que atuam.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 52

Suprima-se o parágrafo único do artigo 10 do PL 386/2002.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O texto apresenta inescusável e repreensível proposta de promoção unilateral, sem obediência aos princípios constitucionais da impessoalidade e da transparência, dando azo à possibilidade de promoções submetidas a critérios políticos, daí a necessidade de exclusão do referido texto.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 53

Substitua-se o artigo 11 do PL 386/2002 para dizer:

Art. 11 - A mudança de função poderá ocorrer quando o funcionário público, atendendo os requisitos constante de uma outra função, dentro do mesmo cargo, da mesma complexidade e classe, estiver ou já desempenhando as funções ou por formação e experiência profissional poderia exercê-las, sendo neste último caso e em havendo mais de um candidato, submetido a teste para alteração de função.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Matéria de tal grandeza não pode permanecer sob o juízo discricionário da autoridade, mas deve haver um mínimo de regras orientadoras.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 54

Acrescente-se ao parágrafo 1º do artigo 12, para dizer:

"Art. 12 -...

§ 1º - A movimentação do pessoal do QPPE, no âmbito da Administração Direta e Autárquica dentro do mesmo quadro funcional, se dará pelo instituto da remoção, nos termos das disposições legais pertinentes.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

É necessário equacionar o texto aos dispositivos constitucionais de transparência e impessoalidade.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 55

Emenda aditiva ao artigo 18

“Art. 18 -...

I -...

II -...

III -...

IV -...

V -...

VI -...

VII - Gratificação de Incentivo à Titularidade - GITI - retribuição financeira mensal de cinquenta por cento sobre o valor básico para o cargo de Agente Profissional, aos funcionários portadores de Títulos de Programas de pós graduação, especialização ou aperfeiçoamento, com, duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, emitidos por instituições de ensino superior regular ou órgão/unidade/centro de capacitação e/ou treinamento governamental.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

É necessário a concessão de incentivos para o desenvolvimento das atividades administrativas.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 56

O inciso II do artigo 19 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 19 -...

I -...

II - Enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento dos cargos do QPPE, constante do Anexo III desta lei, com exceção dos ocupantes dos cargos da carreira profissional do QG, Classe I, Cargo Técnico/Padrão III, II, I e que terão enquadramento imediato, conforme dispõe o § 2º.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa atender aos dispositivos legais e constitucionais sobre a matéria, respeitando-se o tempo de serviço dos atuais ocupantes do QG.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 57

Emenda Aditiva ao artigo 19, acrescentando-se o inciso III, renumerando-se o parágrafo único e acrescentando-se o parágrafo 2º, para dizer:

“Art. 19 -...

I -...

II -...

III - Para fins desta lei a classe I do Quadro Geral - e seus desdobramentos (cargos técnicos/padrão III, II, I) será considerada como faixa única.

§ 1º -...

§ 2º - Os funcionários da carreira profissional, a que se referem os incisos II e III, serão enquadrados no cargo de Agente Profissional, da seguinte forma:

a) Os funcionários do QG que na data da promulgação da Constituição Federal ocupavam Cargo Técnico, há pelo menos dois anos e sejam portadores de títulos de programas de pós-graduação, especialização e aperfeiçoamento, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, emitidos por Instituição de Ensino Superior ou órgãos de capacitação ou treinamento governamental, serão enquadrados na classe I do QPPE, na mesma referência salarial ora ocupada no QG, a partir da qual lhe será computada uma referência salarial para cada dois anos de efetivo exercício no cargo.

b) Os funcionários que, na data da edição desta lei, contarem com pelo menos dez anos de efetivo exercício em cargo técnico e sejam portadores de títulos de programas de pós-graduação, especialização e aperfeiçoamento, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, emitidos por instituição de ensino superior ou órgão ou centro de treinamento, serão enquadrados na classe I do QPPE, na mesma referência salarial, ora ocupada no QG, a partir da qual avançarão uma referência para cada dois anos de efetivo exercício no cargo.

c) Os funcionários do QG que, na data da edição desta lei contarem com pelo menos dez anos de efetivo exercício na classe I, cargo técnico, padrão III, serão enquadrados na Classe II do QPPE, na mesma referência salarial ora ocupada no QG.

d) Os funcionários do QG que na data da edição desta lei contarem com pelo menos dez anos de efetivo exercício na classe I, cargo técnico, padrão II do QG, serão enquadrados na classe I do QPPE, na mesma referência salarial ora ocupada no QG.

e) Os funcionários do QG ocupantes do cargo técnico, padrão III e II, portadores de títulos de programas de pós graduação, especialização e aperfeiçoamento com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta), horas, emitidos por instituições de ensino superior ou órgão ou centro de capacitação ou treinamento, que, na edição desta lei contarem com no mínimo dez anos de efetivo exercício no cargo, serão enquadrados, na classe II do QPPE, se no cargo técnico/padrão II do QG se encontrarem e na Classe I do QPPE, se no cargo técnico/padrão II do QG se localizarem, ambos na referência inicial de cada classe.

f) Os funcionários do QG, classe I, cargo técnico, padrão, serão enquadrados na classe I do QPPE, na referência do mesmo número ora ocupada no QG. A partir da data da última promoção, será

computada uma referência a cada cinco anos de efetivo exercício.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Os atuais ocupantes de cargo técnico da administração pública há mais de dez anos não podem ser equiparados àqueles que recém-ingressaram no sistema, assim, é necessário fazer uma diferença no processo de enquadramento estabelecendo regras lógicas que obedeçam de um lado o tempo de serviço e de outro cursos e atividades de aperfeiçoamento desenvolvidos.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO DE Nº 58

Emenda aditiva ao artigo 19, renumerando-se o atual parágrafo único e acrescentando-se o parágrafo 2º, para dizer:

“Art. 19 -...

§ 1º -...

§ 2º - Os funcionários públicos portadores de diploma ou certificado de cursos de especialização ou qualificação profissional e com carga horária mínima equivalente a trezentos e sessenta (360) horas, e há dez anos no cargo ou função de técnico III do QG serão enquadrados na Classe II, referência I do QPPE e os Técnicos II do QG na Classe II, referência 5 do QPPE, os técnicos I, serão enquadrados na Classe II; já os técnicos ora enquadrados na classe I do QG serão enquadrados na Classe I, referência I do QPPE.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de emenda que visa equacionar o tempo de serviço e a formação acadêmica dos atuais servidores públicos.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO DE Nº 59

Emenda aditiva ao artigo 26, renumerando-se o parágrafo único e acrescentando-se o parágrafo 2º, para dizer:

“Art. 27 -...

§ 1º -...

§ 2º - Para efeitos dos artigos 22 e 27, incisos I, II, III e parágrafo único, bem como para elaboração da proposta dos critérios visando a promoção, enquadramento e a implementação do QPPE, será constituída Comissão de Serviços Públicos composta de cinco (5)

membros e indicados: um (1) pela Comissão dos Servidores Públicos do Quadro Geral do Estado do Paraná, 03 (três) pelos Sindicatos que representam os Servidores das diversas Secretarias ou Órgãos Públicos Estaduais, um (1) pela Associação dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP), além dos representantes do Governo, conforme estabelecidos na lei.”

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa dar transparência ao processo de elaboração dos critérios para promoção e implementação do QPPE, e atendendo aos dispositivos legais e constitucionais.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO DE Nº 60

Alteração 1º - Fica alterado o inciso II do artigo 26 do presente projeto que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26 -...

I -...

II - Para o cargo de Agente de Execução, Agente de Aviação e Agente Penitenciário: imediatamente à publicação da lei”.

Alteração 2º - Fica alterado o inciso II do artigo 27 do presente projeto, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27 -...

I -...

II - Para o cargo de Agente de Execução, Agente de Aviação e Agente Penitenciário: após 12 (doze) meses contados a partir do enquadramento da presente lei”.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Ademir Bier, 1 ilegível.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO DE Nº 61

Inclua-se onde couber:

Art. - Fica concedido o benefício do abono de assiduidade a todos os servidores ativos e inativos do quadro geral do Estado do Paraná, no valor de R\$100,00 (cem reais).

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) RICARDO CHAB

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 62

Através desta emenda, suprimir-se-á a palavra **não**, ficando o inciso VI, do artigo 18, do Projeto de Lei nº 386/2002, com a seguinte redação: **Gratificação de Atividade em Unidade Penal ou Correcional Intramuros - GADI**: Retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, para outros cargos e funções que não Agente Penitenciário, no exercício de suas funções nas unidades penais ou correcionais, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida no contato direto e contínuo com o presidiário, **sendo incorporável na inatividade**.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) CLEITON KIELSE

Apoiamento:

Carlos Simões, Duílio Genari, Sérgio Spada, Divanir Braz Palma.

JUSTIFICATIVA:

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Não é justo, nem aceitável que sobre essas gratificações recolhidas e, também recolhimento de contribuições previdenciárias durante toda vida funcional destes servidores, de um momento para o outro, os benefícios pelos quais os servidores **pagaram literalmente**, ou seja a aposentadoria com aquelas vantagens, não sejam levados em consideração.

Vale ressaltar, dessa maneira, conclamo aos meus pares para que apóiem integralmente a presente emenda, corrigindo o erro e a injustiça constantes originariamente.

Vamos colocar em discussão o projeto ressaltadas as emendas. Em discussão o projeto. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo**, com os votos contrários dos deputados Nereu Moura e José Maria Ferreira.

Emenda nº 1, autoria Hermas Brandão, Durval Amaral, Cezar Silvestri, Algaci Tulio, Marcos Isfer e Miltinho Pupio.

Solicito ao deputado Pessuti para relatar a referida emenda.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Questão de Ordem**)

Quero fazer uma consulta a V. Exa, e talvez à Mesa Executiva.

São 60 emendas, quero crer que quase todas elas têm condição de receber parecer favorável da Comissão de Justiça.

Regimentalmente não teria condições de relatar, senão todas de uma vez, pelo mesmo relator, ou pelo menos em bloco, divididas de 10 em 10? Porque nós iríamos submeter aqui a uma quantidade apenas de encaminhamentos favoráveis às emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossa assessoria está nos informando que não é possível relatar todas ao mesmo tempo, porque temos que relatar uma e já submetê-la à votação.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Eu perguntei se não há possibilidade, pela constitucionalidade serem votadas, e aí, uma a uma serem discutidas, ou por blocos, blocos de interesse.

Apenas para amenizar o desgaste de ficar relatando e lendo a matéria.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, eu não vejo objeção em relação a isso, porque o parecer é quanto a constitucionalidade, o mérito nós podemos discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se houver entendimento entre as lideranças de Governo e Oposição...

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Só para quem sabe até colaborar com a Mesa, V. Exa. faria a leitura do número das emendas, um relator só faria a colocação pela legalidade e deixaria o mérito para discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, tendo em vista o número de emendas, consulto V. Exa. se em 2ª votação este projeto entrará na Sessão Extraordinária na sequência desta, ou o senhor marcará uma nova Sessão para a data de amanhã, para que a gente possa com mais calma, analisar?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para amanhã. Hoje será única Sessão.

Amanhã nós teremos Sessão a partir das 09:00 da manhã, se houver entendimento entre os parlamentares.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente, senhor presidente!

Então, dessa forma, quero crer que fica muito difícil nós analisarmos todas as emendas aqui no plenário, entrarmos na constitucionalidade, que efetivamente é o que nos interessa nesse momento.

Nós poderemos, se V. Exa. concordar e as demais lideranças concordarem, apesar de sabermos que existem emendas que são profundamente inconstitucionais, concordamos em dar parecer favorável pela constitucionalidade, desde que haja um acordo de cavalheiros, que amanhã quando formos votar o mérito dessas emendas, a Situação ou Oposição, não seja cobrada de ter votado diferentemente ao dia anterior.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Não! Vamos avaliar a constitucionalidade: o mérito, é reservado o direito de cada deputado se manifestar.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Feito esse acordo público, nos concordamos, senhor presidente.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de dar uma sugestão à presidência, no sentido de que, caso nós tenhamos emendas idênticas ou quase idênticas, que se passasse o mesmo relator no sentido de facilitar uma sugestão!

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, o senhor vai dividir em 10, 15 ou 20 para cada deputado relatar?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já distribuí como relator o deputado Orlando Pessuti.

Solicito ao nobre deputado Orlando Pessuti que faça a relatoria das 61 (sessenta e uma) emendas.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Já que o deputado Orlando Pessuti vai dar uma olhada, não sei se ele está pronto para emitir o parecer, nós poderíamos ir tocando o resto da pauta, para que o deputado pudesse dar o parecer em relação às emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então ficaria para último item da presente Sessão.

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 396/2002, de autoria do deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente das Senhoras de Entre Rios, com sede e foro no município de Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O item 20, já foi votado, porque teve prioridade em votação, foi votado em primeiro lugar.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o item nº 20, que já foi votado, aborda o mesmo tema do item nº 33 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não! São diferentes. O assunto é o mesmo. Matéria diferente.

ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores de Bairro do Conjunto Habitacional Vilas Boas - AMBCHVB, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/2002, de autoria do deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade

Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Jayme Canet, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 23

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Casinha Feliz, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 24

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/2002, de autoria do deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente "Sara Nossa Terra", com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 25

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Jardim do Sol, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada, que autoriza o Governo do Estado a implantar o curso de engenharia mecânica, no campus da Unioeste de Foz do Iguaçu. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. (**Publ. no DA. nº 113/2001, de 27.08.2001**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 364/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Sérgio Spada, o projeto em questão autoriza o Poder Executivo a implantar o curso de Engenharia Mecânica no Campus da Unioeste de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, e sendo a mesma de caráter autorizatório, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 04.12.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 364/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Sérgio Spada, tem por escopo “autorizar o Governo do Estado a implantar o curso de Engenharia Mecânica no campus da Unioeste de Foz do Iguaçu.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Algaci Tulio, manifestou-se favoravelmente à aprovação do presente projeto, sob a ótica da constitucionalidade e da legalidade.

Chamado à manifestação, exclusivamente em relação ao mérito, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno, entendemos que pelo fato do projeto aumentar a despesa pública sem que indique a fonte para tal, como dispõe a Lei de Responsabilidade, opinamos em diligenciar à Comissão de Orçamento para se indagar se há previsão orçamentária para se implantar o referido curso.

Sala das Comissões, em 13.03.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 364/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela para análise, de autoria do deputado Sérgio Spada autoriza o Governo do Estado a implantar o curso de Engenharia Mecânica, no campus da Unioeste de Foz do Iguaçu.

No que diz respeito às atribuições regimentais desta Comissão, o projeto ora em estudo tem o mérito de ampliar a oferta de cursos nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado do Paraná.

Essa iniciativa, se levada a cabo pelo Poder Executivo, já que o presente projeto é autorizatório, sem dúvida nenhuma vai beneficiar muitos jovens que não encontram naquela cidade tal curso.

Diante do exposto, somos favoráveis à tramitação normal do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 17.04.2002

(a) ÂNGELO VANHONI- Presidente e Relator
Em votação.

O SR. CHICO NOROESTE (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, primeiro gostaria de fazer uma questão de ordem, porque para nossa surpresa, veio o Projeto 364/2001 de novo, projeto que V. Exa. retirou na sessão anterior.

O artigo 127 diz: “as matérias de projeto de lei rejeitadas ou não sancionadas, assim como a constante, de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa mediante proposta

da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa”.

O que estamos vendo aqui é o mesmo projeto. A nossa proposta é que votasse esse projeto, mas depois que o meu projeto, que se encontra nesta Casa de Leis, também fosse apreciado pelo Plenário, porque o Regimento Interno é muito claro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos votar pela constitucionalidade do projeto e o mérito vamos votar depois de analisarmos o veto. Atende as duas partes.

Em votação a constitucionalidade do projeto.
Aprovado.

O SR. CHICO NOROESTE (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar o meu voto favorável a este projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devidamente registrado.

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/97, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Sertanópolis imóvel de propriedade do governo do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no Da nº 140/97, de 04.09.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 421/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Sertanópolis, imóvel de propriedade do Governo do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 28

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/2001, que objetiva autorizar o Poder Executivo a mediante decreto, expedir, definir e atualizar normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e servidores civis, ativo e inativos, bem como de pensionista do

Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. **Em votação.**

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Pela Ordem**)

O item 28 trata de uma Mensagem do Executivo.

Creio que ocorreu aqui algum entrave, ou algum problema de tramitação desta mensagem, tendo em vista que aqui consta como 1ª discussão.

Na verdade, este projeto já teve a sua 1ª discussão, recebeu emendas de Plenário na 2ª discussão e voltou à CCJ, e aqui verificamos que o parecer da CCJ é pela constitucionalidade, só que na forma do substitutivo em anexo, mas este substitutivo não está anexado. Da mesma forma este projeto tramitou pela Comissão de Finanças e lá recebeu uma emenda aditiva. E também não faz parte da Ordem do Dia.

Quero conhecer esta emenda substitutiva e a emenda aditiva da Comissão de Finanças.

Muito obrigado!

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu, como relator deste projeto, mensagem do Poder Executivo - da CCJ, quero fazer coro com o deputado Fernando Ribas Carli, porque tenho em minhas mãos o projeto, e já foi votado em 1ª discussão em Plenário e recebeu emendas de Plenário. Essas emendas foram remetidas à Comissão novamente para análise, e eu também fui relator dessas emendas e nelas fizemos algumas correções e apresentamos na forma de subemenda.

Portanto, em primeira instância fizemos um substitutivo e fizemos em seguida, nas emendas de Plenário uma subemenda que contemplava, inclusive a emenda da Comissão de Finanças que foi remetida à CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Parecer, inclusive, é de V. Exa.?

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Sim.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos fazer a leitura das emendas e do substitutivo.

Temos aqui três emendas e temos um substitutivo da CCJ.

Solicito ao deputado Antonio Carlos Belinati a leitura das emendas que foram feitas na Comissão de Constituição e Justiça, pois houve, realmente, uma falha da assessoria na publicação e distribuição das emendas.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Senhor presidente, eu faria a leitura do projeto original encaminhado pelo Poder Executivo que diz...

(**Faz a leitura do Projeto nº 495/2001**)

Na verdade, essa é a mensagem original recebida por esta Casa, do governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner.

Nós apresentamos na Comissão de Constituição e Justiça e quero, deputado Fernando Ribas Carli, fazer a leitura em Plenário do Substitutivo, que foi aprovado pela Comissão.

(**Procede à leitura do Substitutivo aprovado pela CCJ**)

Eu faria, senhor presidente, nesse artigo 2º a leitura da subemenda apresentada na Comissão, cuja aprovação foi feita pela Comissão de Constituição e Justiça.

(**Procede à leitura da subemenda aprovada pela CCJ**)

(**Procede à leitura do Parecer ao Projeto de Lei 495/2001**)

(**Mensagem 47/2001 de autoria do Poder Executivo**)

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Até que enfim o governo veio corrigir uma injustiça que havia cometido para com o servidor público, quando no ano passado suspendeu os descontos em folha de pagamento, dos empréstimos que eram feitos pelos servidores. Especialmente, nas entidades ligadas aos servidores públicos do Estado do Paraná, como ASPP (Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná).

Estava abrindo tão somente, para algumas entidades, como por exemplo, bancos, instituições financeiras que cobravam e que cobram até hoje, até certo ponto, juros exorbitantes, se aproveitando de uma fragilidade do servidor público que está há sete anos sem aumento salarial e que se obriga a recorrer aos empréstimos e aí se sujeita a pagar juros exorbitantes.

Em boa hora nós recebemos essa mensagem do governador, discutimos este projeto na Comissão de Constituição e Justiça, apoiamos as emendas, aprovamos o parecer, o substitutivo do deputado Antonio Carlos Belinati, porque agora democratiza, agora o servidor vai poder escolher a entidade que ele quiser, a associação que ele quiser, o banco que ele quiser, a financeira que ele quiser, desde que ela esteja, evidentemente, credenciada junto à Secretaria Estadual da Habitação (?).

Por isso, melhor seria se o funcionário não precisasse, deputado Ricardo Chab, recorrer a empréstimos, mas que ele tivesse um bom salário, tivesse sendo pago dignamente, mas, enquanto isso não acontece, ele se sujeita a fazer os empréstimos e, ao final do mês, receber o seu olerite com poucos valores, mas com muitas discriminações de empréstimo para isso, empréstimo para aquilo e mais isso e mais aquilo.

Felizmente, dos males, o menor! Nós democratizamos, nessa mensagem do governador e, certamente, o servidor público terá agora oportunidade de escolher

aquela entidade, aquela financeira, aquele banco, aquela associação que puder oferecer um juro bem menor.

A concorrência é salutar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Existe mais uma emenda, também devidamente apoiada, do deputado Durval Amaral. Ela é uma emenda aditiva e eu gostaria que o deputado Antonio Carlos Belinati relatasse essa emenda.

Com a palavra, pela ordem, o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Muito obrigado!

Senhor presidente e senhores deputados, eu também voto favorável. Por quê? Porque na forma que veio o projeto, a mensagem, realmente nós não tínhamos condições de votar. Mas a Casa trabalhou, o relator, a Comissão de Constituição e Justiça melhorou o projeto, porque na condição de consignado é o melhor negócio que um banco pode fazer, se o banco perde alguma coisa. Ele faz com juros extremamente elevados, escorchantes e ainda tem a segurança de receber 100%. Com a abertura, nós vamos ter a concorrência, vamos permitir que possa, com certeza, o funcionário público o encontrar aquela instituição que melhor atende aos seus interesses.

Portanto, sou favorável ao presente projeto, diante as emendas que apresentou o relator da Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Antônio Carlos Belinati a leitura.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Senhor presidente, eu queria apenas esclarecer ao Plenário, e mais uma vez, dizer que quando foi apresentada a emenda de Plenário e foi remetida à Comissão de Constituição e Justiça, eu, como relator senhor presidente, aprovei a emenda na forma de subemenda, porque eu entendo já está contemplada a subemenda aprovada pela Comissão, a emenda aditiva que faz o deputado Durval Amaral.

No entanto, cabe a mim, como relator desta emenda aditiva apresentada pelo deputado Durval Amaral, tratar da questão constitucional, legal e regimental que está em pleno acordo para tramitar no Plenário. Portanto, o nosso parecer é favorável à emenda do deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o parecer do deputado Antonio Carlos Belinati. Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Solicito ao deputado Antonio Carlos Belinati, a devolução do projeto.

Está em votação o projeto em 2ª discussão, ressalvadas as emendas. Senhores deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. LUIZ CAARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o próprio relator, deputado Antonio Carlos Belinati, diz que a emenda do líder do Governo já está contemplada no bojo do projeto. Ele está se dirigindo a V. Exa. e a emenda aqui proposta já está incluída no bojo do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão o Substitutivo Geral da CCJ. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, eu quero elogiar o trabalho da CCJ por ter melhorado, e muito, a proposta original do governo.

Creio que esta Assembléia está dando uma contribuição extraordinária aos funcionários públicos do Estado do Paraná, e especialmente a esta proposta de lei enviada a esta Casa pelo Poder Executivo.

Por isso, eu quero parabenizar a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa por ter estudado tanto, aprimorado esta lei que com certeza irá ajudar, e muito, os nossos servidores públicos, tanto civis, como militares.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Emenda Modificativa...

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para esclarecer ao Plenário: prevalece a aprovação da subemenda com relação ao projeto original?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma, nobre deputado, prevalece.

Emenda da Comissão de Finanças. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão, **Aprovada.**

Emenda de Plenário, emenda aditiva já com a aprovação do relatório.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, qual é o projeto que nós estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos no item vigésimo oitavo, estamos votando as emendas que foram lidas pelo nobre deputado Antônio Carlos Belinati, agora é aditiva e acabou de ser relatada.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O referido projeto irá à 3ª votação.

ITEM 29

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a doar à prefeitura municipal de Morretes, um lote de terreno conforme especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 016/2002, de 12.03.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 112/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, visa autorizar o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Morretes, um lote de terreno conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, o item 30 da pauta é projeto de minha autoria e do deputado Duílio Genari. Eu faço questão de deixar registrado, porque não consta da Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado.

Nós íamos anunciar, inclusive, que é também de autoria do nobre deputado Duílio Genari.

ITEM 30

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/2002, de autoria dos deputados Durval Amaral e Duílio Genari, que autoriza a construção de Pequena Central Usina Hidrelétrica (PCH), situada no Rio São Francisco Verdadeiro. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 054/2002, de 06.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 283/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos senhores deputados Duílio Genari e Durval Amaral, tem por obje-

tivo autorizar a construção de Pequena Central Hidrelétrica (PCH), situada no Rio São Francisco Verdadeiro.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu quero registrar o voto contrário da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado o voto contrário da Bancada do PT.

ITEM 31

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a proceder à doação ao município de Nova Esperança, das datas de Terras de nº 5 E 7 da quadra nº 35, da planta geral da cidade de Nova Esperança. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 055/2002, de 07.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 292/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder doação ao município de Nova Esperança, das datas de terra de nºs 5 e 7, da quadra nº 35, da Planta Geral da cidade de Nova Esperança.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 292/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 292/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder doação ao município de Nova Esperança, das datas de terra 5 e 7 da quadra 35, da planta geral da cidade de Nova Esperança.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à matéria em questão.

No âmbito de competência desta Comissão Permanente, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 292/2002.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 32

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/2002 de autoria do deputado Durval Amaral, que confere ao acesso do Contorno Leste da cidade de Cambé, o nome de “Madre Leônia Milito”. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2002, de 13.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 318/2002

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Durval Amaral, o presente projeto visa denominar de Madre Leônia Milito o acesso do Contorno Leste da Cidade de Cambé.

Fundamentação

O autor ao justificar a propositura do seu projeto de lei cita a ilibada biografia da religiosa. De igual modo, relata que a mesma veio a falecer em acidente trágico no local onde se deseja dar seu nome. Como forma de justa homenagem da população daquela cidade aos grandes serviços ali prestados pela madre superiora da Congregação das Missionárias de Santo Antônio Maria Claret o autor apresenta esta reivindicação junto a este Poder Legislativo.

Outrossim, ressaltados que a matéria contida no projeto de lei em tela está consoante com o artigo 238 das Disposições Constitucionais Gerais, da Constituição Estadual, que trata da nomeação de propósitos públicos estaduais e municipais.

Conclusão

Pela análise acima realizada, posiciona-se este relator em opinar favoravelmente à aprovação do projeto de lei em epígrafe, não encontrando obstáculo legal ou constitucional que possa impedir a normal tramitação do mesmo.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 33

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/2002, que objetiva revogar o § 3º, do artigo 24, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS). PARECER FAVORÁVEL DA

CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 071/2002, de 29.05.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 385/2002

P A R E C E R :

O projeto em exame, com origem na mensagem do governo de nº 20, revoga o parágrafo 3º do artigo 24, de Lei 11.580, de 14 de novembro de 1996 - Lei básica do ICMS do Estado do Paraná.

O dispositivo cuja revogação se propõe, versa sobre a figura da substituição tributária, permitindo a devolução ao contribuinte do imposto relativo à diferença entre o valor retido por substituição e valor de venda, e o Supremo Tribunal Federal, nos termos do acórdão publicado, em 15.05.2002, no Diário da Justiça da União, decidiu que não haverá devolução, salvo nos casos em que havendo retenção o fato gerador não se realize, a exemplo do que ocorre com o roubo ou destruição da carga em trânsito após a relação.

Portanto, a revogação do citado dispositivo visa a adequação da legislação do Estado ao que decidiu o Supremo Tribunal Federal na ADIN 1.851-AL (Relator Min. Ilmar Galvão, decisão de 8.5.2002).

Porque compatível com a ordem jurídica esta Comissão, é de parecer favorável a proposição.

Sala das Sessões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 34

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 466/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo e incluir na circunscrição do 15ª Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, o município de Cafeara. SEM PARECER (Publ. no DA nº 086/2002, de 24/06/2002).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu solicito ao deputado Moysés Leônidas que relate em plenário o referido projeto.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Este projeto de autoria do líder do Governo, Durval Amaral, é um projeto que autoriza o Poder Executivo a incluir na região do 5ª Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná o município de Cafeara.

É uma matéria, portanto, legal e constitucional e o nosso parecer é favorável.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Questão de Ordem)

Eu solicitaria ao deputado Moysés Leônidas, porque ele leu o quinto, se é quinto ou décimo quinto?

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Décimo quinto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão o parecer formulado pelo deputado Moysés Leônidas. Em discussão. Em votação! **Aprovado.**

Em discussão o projeto. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 35

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/2002, que cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra - Estrutura do Paraná, conforme especifica. SEM PARECER (**Publ. no DA nº 087/2002, de 25/06/2002 - Mens**).

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1861, de autoria do deputado José Maria Ferreira, com apoio dos deputados Marcos Isfer, Waldyr Pugliesi, Cezar Silvestri, Orlando Pessuti e da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia da presente Sessão e que retorne à votação somente após o recesso parlamentar. **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu não posso dizer que sou contrário à agência e nem ao projeto. O que nós pedimos através dessa dilação de prazo é que nós tenhamos condições de discutir.

A mensagem do governador chegou a esta Casa no dia 24. É um projeto de extrema importância. Ele cria obrigação para a sociedade, cria condições de tributação, de taxa, e nós não podemos de forma alguma estar votando algo que nós vamos impor à sociedade a vontade do legislador, sem antes termos conhecido o que é que nós estamos impondo à sociedade.

É por esta razão e só por esta. As agências reguladoras estão corretas o seu funcionamento, no nosso entendimento, só que não podemos votar. Quem conhece este projeto? Quem conhece as implicações da taxação que ele vai impor à sociedade?

Então, é por esta razão que eu peço a compreensão do líder do Governo para que nós não votemos este projeto, porque senão é simplesmente desconsiderar qualquer discussão dentro desta Casa, é desconsiderar qualquer trabalho sério que se possa fazer em cima de um projeto, de uma mensagem, porque chegou no dia 24, um projeto que tem 40 e poucos artigos, nós não conhecemos este projeto na Casa, não foi discutido, não tramitou em nenhuma comissão permanente, nem na Constituição e Justiça, nem de Finanças e nem de Orçamento. Eles remanejam o orçamento e nós não sabemos para onde vai e como vai ser feito.

Independentemente de A, B ou C, eu solicitaria ao deputado Durval Amaral, líder do Governo, para transferirmos esse projeto de votação para agosto, para que tenhamos condições de apresentar nossas emendas e

melhorar. Votamos favorável, com certeza. E, depois, vamos votar em vão e dizer que não sabemos porque votamos “Ah, eu não sabia”.

Serviço, Art. 2º: “para fins desta lei, aplicam-se as seguintes definições: poder concedente, União e Estado; entidades reguladoras: serviço público; instrumento de delegação: ato que transfere a delegação da realização da prestação de serviço público, abrangendo as previstas nos incisos 3º deste artigo 5º: serviço de infra-estrutura que correspondem a rodovias e ferrovias concedidas, terminais de transporte rodoviário, ferroviário, aéreo, marítimo e fluvial, transporte rodoviário coletivo, intermunicipal ou de passageiros, exploração de faixa de domínio da malha viária, inspeção da segurança veicular ou do serviço de infra-estrutura de transporte.” Estamos dando uma concessão ampla e não conhecemos o que estaremos votando.

Portanto, solicito ao deputado Durval Amaral, que aquiescesse ao requerimento que está sob a presidência, para que prorrogue para agosto.

Muito obrigado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, para encaminhar.

(**Assentimento**)

Ao analisarmos o Anteprojeto de Lei do Poder Executivo nº 467/2002; também temos que ponderar o seguinte: essa agência reguladora de serviços públicos, delegados de infra-estrutura do Paraná, há muito é exigida pelo público paranaense, principalmente, as rodovias que foram pedagiadas e até hoje cobramos transparência, publicidade de seus atos, suas receitas e o cumprimento de seus contratos. Temos somente uma tênue cobrança e fiscalização do nosso DER. Vem em boa hora essa agência. Mas quero fazer, aqui, coro ao nobre colega José Maria, que um projeto dessa envergadura, com quarenta e poucos artigos, que contempla o serviço de toda a sorte de infra-estrutura, seja terrestre, marítima, aérea e portuária, deve ser estudado com maior profundidade por esta Casa. É evidente que têm algumas respostas ao deputado José Maria, por exemplo: os recursos advirão de uma taxa e 1/2% da receita pronta das concessionárias. O crédito que foi aberto aqui, de dois milhões de reais, segundo a nossa interpretação, são para custear as despesas iniciais da agência.

Tem coisas que precisamos questionar, senhor presidente, nobres pares. Por exemplo, a indicação dos diretores dessa agência, a forma de remuneração, serão nomeados através de concurso público?

Ora, acho que devemos estudar fórmulas mais modernas, talvez, pela CLT, porque depois vai ser cobrado dele produtividade, eficiência e competência. Nós sabemos que o maior entrave que existe no Estado do Paraná e no Brasil, são funcionários que fazem concurso público e depois ficam “*ad eternum*”, não podem ser mandados embora e fica o nosso serviço de péssima qualidade em vários setores.

Também solicito a V. Exa., nós que estivemos junto com Sérgio Spada, temos um projeto aqui nesta Casa, que trata da mesma matéria dessa agência reguladora. Gostaríamos de tomar conhecimento, porque há uma semana atrás, que eu me debrucei nesse projeto para lê-lo, porque há muito tempo vínhamos trabalhando nela, eu e o Sérgio Spada.

Solicitaríamos a retirada desse projeto, senhor presidente.

O SR. MARCOS ISFER (Para Encaminhar)

Senhor presidente, da mesma forma que o deputado José Maria, existem nesta Casa, pelo menos quatro projetos, de agência e infra-estrutura.

(Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito aos nossos ilustres visitantes, aos quais temos o máximo respeito em recebê-los, como temos a satisfação de receber todos os paranaenses e visitantes, aqui, para que não se manifestem, porque o bom visitante, aqui não pode se manifestar.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, existem quatro projetos nesta Casa que tratam de criar agência de infra-estrutura. Um, de autoria do deputado Beto Richa; outro de nossa autoria; outro, de autoria do deputado Spada e outro, e autoria do deputado Divanir Braz Palma.

Eu discordo do deputado Divanir. Acho que tem que ser por concurso público mesmo. Afinal de contas, é a forma pela qual se possa manter, cada vez mais, o trabalho de melhor qualidade, independente de cargos políticos.

Agora, eu acredito que é totalmente extemporâneo, que, numa Sessão como a de hoje, uma Sessão Extraordinária, uma Sessão que tem a característica de tentar aprovar alguns projetos que já estão em discussão nesta Casa há muito tempo e que por isso, precisariam ser aprovados nesta Sessão Extraordinária um projeto que chegou ontem a esta Casa, que não foi lido por nenhum dos senhores deputados, que seja aprovado. Eu acho que o risco que nós, Assembléia Legislativa do Paraná, corremos em aprovar um projeto como este, de uma forma tão intempestiva, é de, sem sombra de dúvidas, cometermos algum engano que venha a prejudicar todo o povo paranaense.

Eu apelo ao líder do Governo pela retirada deste projeto.

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Da mesma forma também me posiciono, não contrário à criação da Agência Reguladora, mas contrário à forma como o projeto aqui chegou, que foi protocolado nesta Casa no dia 24, senhor presidente e já está na Ordem do Dia, neste dia 27, um projeto com 48 artigos e nenhum dos parlamentares, até meia hora atrás, tinha

conhecimento de que este projeto estaria na Ordem do Dia.

É humanamente impossível, Entendemos que o governo deve estar com boas intenções de fazer a Agência Reguladora, como temos que fazer, não resta a menor dúvida, para tratar da questão ferroviária, rodoviária, aeroviária, marítimo e fluvial.

Eu mesmo tenho nesta Casa um projeto de lei que vai propor as hidrovias do Estado do Paraná, a utilização deste canal navegável, que é o Rio Iguaçu e eu ia me pronunciar a respeito das ferrovias que foram privatizadas pela América Latina Logística e que é uma vergonha, senhor presidente, o descarrilamento de trens a todo dia, provocando acidentes ambientais, a desativação de trechos que ninguém sabe se pertence ao Estado, à federação ou se está dentro do contrato da América Latina Logística o desrespeito para com o transporte ferroviários.

Então, a Agência Reguladora é interessante, mas nós apelamos ao líder do Governo. Aliás, nós temos demonstrado uma boa vontade com a liderança do Governo de transformar a Assembléia em Comissão Geral, votar tudo o que for possível hoje, mas, não aprovando isso aqui hoje, não significa dizer que o governo vai ter prejuízo com isso, se ficar para o mês de agosto. Vamos ter trinta dias de recesso. Não vai fazer diferença nenhuma. Agora, aprovarmos uma mensagem, com 47 artigos, sem que se pudesse debruçar sobre a matéria, é passar um atestado de irresponsabilidade de nós, parlamentares, se fizermos dessa maneira.

Por isso apelo ao líder do Governo para que retire da Ordem do Dia e se inclua já no início dos trabalhos, no mês de agosto.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente eu gostaria de sugerir ao nobre deputado José Maria Ferreira e aos demais deputados que esta mensagem governamental, já que estamos votando apenas quanto à constitucionalidade, seja votado neste momento, com condições plenas para que depois, os parlamentares possam conhecer mais profundamente a matéria.

Claro que a Agência Reguladora é uma inovação no Brasil, uma necessidade para regulamentar os serviços terceirizados, os serviços concedidos no nosso país e no nosso Estado do Paraná e eu tenho certeza que todas as dúvidas e demais projetos, não só de deputados da base do Governo, mas projetos de deputados de Oposição que tramitam nesta Casa, que criam agências reguladoras com matérias semelhantes ou assuntos pertinentes a esta Mensagem Governamental foram, na medida do possível, contempladas dentro dessa mensagem governamental, porque todos esses projetos que tramitam na Casa foram encaminhados à Secretaria de Governo, que, no mais que pôde, contemplou os mais diversos assuntos tratados neste projeto dentro dessa mensagem governamental.

Então, faço um apelo para que o deputado retire seu requerimento, conclamamos os parlamentares da base de apoio ao Governo para que venham ao plenário, neste momento, para dar número à votação e faço o apelo para que possamos votar em primeira e depois procurarmos esclarecer todas as dúvidas que tenham os nossos parlamentares, tanto da Situação como da Oposição.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Só indagaria ao deputado Durval Amaral se essa dilação de prazo que ela fala, se for para concluir nas votações deste semestre? Porque, se for para agosto não tem problema, porque é a valorização da Casa. Estamos com 4 projetos aqui onde os deputados trabalharam, se debruçaram, procuraram as suas assessorias, tiveram conhecimento com a questão e hoje, simplesmente, não têm condições de dizer “olha, uma idéia nossa está dentro daquele projeto”.

E mais, como disse o deputado Algaci Tulio, votar sem conhecer um projeto de 40 e tantos artigos que tenha implicação que tem o projeto de uma agência reguladora é, realmente, a raia da irresponsabilidade.

Mas se o deputado Durval entender que nós poderemos votar em agosto, não tem problema. Chegaremos aqui no início de agosto com toda a condição de votar, porque teremos condições de estudar e apresentar as emendas que se fizerem necessárias.

Indago ao deputado: é para agosto?

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Não, a nossa intenção, deputado, é votarmos ainda neste período legislativo. Faço um apelo para que votemos em primeira, depois se houver assuntos intransponíveis ou dúvidas intransponíveis, poderemos avaliar, efetivamente, a transferência das demais votações.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Deputado Durval, por mais boa vontade que tenhamos, não somos onipresentes, onipotentes para poder analisar esse projeto em pouco tempo. Em sendo assim, não retiro o requerimento e solicito, se perder, solicito à bancada de Oposição que nos retiremos e não daremos mais quórum até que tenha condições de ser votado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Senhor presidente, acho que o bom-senso do deputado Durval Amaral irá prevalecer. Não queremos obstruir pauta alguma. Mas nesta posição acho que não há outra saída a não ser a retirada do Plenário. Porque não é possível em um final de governo, quando manda uma mensagem que será, realmente, a norma pela qual o próximo governo do Estado do Paraná irá se basear dentro daquilo que vamos votar.

Acredito que temos que votar conscientemente depois de analisado.

Não somos contra, essa inovação é necessária para o Paraná, vai ajudar o Paraná, vai dar condições para o

próximo governo ter em mãos, realmente, uma agilidade maior, mas o que queremos é um pouco mais de tempo. Acredito que não tenha necessidade de ser votado agora neste final de primeiro semestre. Temos toda a extensão do segundo semestre e V. Exa. deputado Durval Amaral, sempre se pautou dando uma condição não só a nós da Oposição da Bancada do povo do Estado, mas, principalmente, em respeito ao próximo governo que poderá ser a sequência do seu Governo, deputado, ou o nosso Governo. E V.Exa tem demonstrado sempre, a competência, a seriedade e o incentivo de dar para à família do Paraná o que é melhor para ela.

Obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Não se trata de intransigência da liderança do Governo em hipótese alguma. É que dentro do projeto da criação da Agência Reguladora existe, obviamente a criação de cargos porque são aqueles que serão providos, mediante concurso público, para poder fazer com que esta agência tenha funcionalidade, para que ela possa acontecer e funcionar, razão pela qual, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ou nós votamos esta matéria agora, ou não se fala mais em Agência Reguladora de serviços, neste governo, somente no próximo, razão pela qual nós insistimos com a presença de nossos parlamentares, neste plenário, para que se vote esta matéria ainda neste período legislativo.

O SR. SÉRGIO SPADA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, falo agora como autor de um projeto de lei, que visa também criação de agência reguladora de serviços, terceirizadas, no Estado do Paraná. Falo também como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor. Realmente para mim, como parlamentar, é um alento ver um projeto dessa natureza tramitando aqui na Casa com esta vontade política da maioria do governo em vê-lo aprovado. Eu até temia que chegássemos ao final do nosso período legislativo, até do nosso mandato e não tivéssemos, no Paraná, uma agência reguladora para controlar a qualidade dos serviços terceirizados no Estado do Paraná.

Confesso que dei uma lida por cima, no projeto e o vi com bons olhos, porque até pude perceber que há uma somatória de artigos de todos os projetos que estão tramitando aqui na Casa.

Aliás, o deputado Durval Amaral falou exatamente neste sentido, que houve um aproveitamento. Com relação à constitucionalidade, acho importante aprovarmos este projeto, ainda hoje, mas, se possível, na sequência, ainda hoje ou amanhã, sei lá, nós tivéssemos o tempo para dar uma estudadinha no projeto, especialmente estes parlamentares que se interessam mais por esta matéria e vêem como matéria muito importante para o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Durval Amaral, olha, a idéia é boa, nós precisamos efetivamente criar mecanismos de fiscalização de regulamentação das privatizações que foram realizadas pelo governo do Estado.

Agora, deputado Durval, é uma idéia permanente, não é só para o Governo Lerner, é para o resto da vida. Então, não dá para aprovarmos um projeto, dessa envergadura, no afogadilho.

Concordo com V. Exa. em votarmos a constitucionalidade, votaremos favoravelmente, mas faço um apelo para que tiremos da pauta para que se faça um estudo mais profundo, e melhorarmos, assim como foi melhorado o projeto que o governo encaminhou para esta Casa pedindo autorização para poder permitir desconto na folha de pagamento dos funcionários civis e militares, e que foi melhorado, e muito pela Casa.

Então, deputado Durval Amaral, eu faço esse apelo a V. Exa. Não vamos no afogadilho, porque não é uma lei para o Jaime Lerner, é uma lei para o Paraná e não vamos aprová-la assim, goela abaixo, como diz o gaúcho.

O SR. RICARDO CHAB

Eu queria perguntar ao nobre líder do Governo, deputado Durval Amaral, aqui no artigo 17, parágrafo 3º, eu estou lendo aqui o projeto, às pressas, para poder ter uma noção de como ele é, no todo, mas eu gostaria de perguntar o seguinte: aqui no parágrafo 2º - Os membros da diretoria serão indicados pelo chefe do Poder Executivo do Estado, pós-arguição pública e aprovação, por voto secreto.

Aí que entra, senhor presidente, e eu convoco também a sua sabedoria para que o senhor possa nos explicar está aqui: “..... promovidos por Comissão Permanente formada por deputados especialmente designados pela Assembléia Legislativa.” Qual é a comissão?

Nós temos várias permanentes na Casa! E qual é a comissão?

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, aqui estamos apenas discutido o requerimento. Não quero entrar no mérito da discussão do projeto e estaremos à disposição, deputado Ricardo Chab e a todos os demais deputados, para discutirmos o mérito quando formos discutir o mérito da questão, inclusive ele é totalmente inovador. Não quero ficar aqui me debruçando sobre ele, porque nós estamos apenas discutindo se vamos votar ou não.

O SR. RICARDO CHAB

Perfeitamente! Por isso, gostaria, dentro daquela idéia já proposta, que deixássemos para agosto, para discutirmos isso. Nós temos a criação de uma Comissão permanente, que vai mexer inclusive o regulamento da Casa, senhor presidente, não vai mexer aqui no Regulamento Interno da Casa.

Olha a profundidade do projeto. A Assembléia vai ter que criar uma Comissão Permanente de Deputados para fiscalizar. Então, vai mexer no nosso regulamento. Então, espera lá um pouco!

Por isso, é importante deixar para agosto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o requerimento do deputado José Maria Ferreira.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento do deputado José Maria Ferreira.

21 senhores deputados aprovam.

26 senhores deputados rejeitam.

Rejeitado o requerimento.

O projeto depende do parecer do plenário, e solicito ao deputado Ribas Carli, que seja o Relator do Projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Nós já estamos em condições de fazer o relato solicitado por V. Exa. assim que desejar.

Já estamos com análise pronta.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Posteriormente o faremos, senhor deputado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, para registrar, com muita alegria, a presença nesta Casa do presidente da Câmara de Vereadores de Vitorino, meu amigo Guto, Wilson, vereador Laurindo, vereador Gilmar, que estão participando da Sessão na tarde de hoje.

O SR. RIBAS CARLI (Para Encaminhar)

Referente o item 35 da Ordem do Dia, que trata do Projeto de Lei nº 467/2002, e também de autoria do Poder Executivo, uma Mensagem nº 22/2002, que cria Agência Reguladora de serviços públicos delegados e infra-estrutura do Paraná.

Analisando o projeto, senhor presidente, ele pode tramitar porque é legal e constitucional.

O relatório é pela legalidade e pela constitucionalidade do referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o relatório do deputado Fernando Ribas Carli. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Voto contrário da bancada da Oposição, porque entendemos que é um rolo compressor em cima de um assunto que deve ser tratado com respeito, porque tratamos da sociedade paranaense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devidamente registrado.

Está em votação o projeto.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, estava discutindo com o deputado Ricardo Chab.

(Lê o parágrafo 2º do projeto)

Aqui tem um paradoxo, se é Comissão Permanente tem que dizer qual é a Comissão, porque nosso Regimento é claro. Temos comissões especiais, transitórias e permanentes. E se for uma comissão especialmente formada para esse assunto, então é uma comissão especial.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou fazer uma emenda nesse projeto, porque temos que ter participante da Assembléia nesta Comissão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Para Encaminhar**)

Desta forma há realmente uma determinação, através da mensagem, como vai proceder a Assembléia. E é o contrário; quem é que determina como vamos proceder é a Assembléia. Seria um contra-senso aprovarmos esse parágrafo segundo.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

A mensagem que se encontra nesse projeto de votação, tem alguns objetivos: o de fiscalizar e regular os serviços públicos concedidos, tendo em vista a ampla proteção dos usuários paranaenses. Tem ainda por objetivo dar ampla transparência às regras de estipulação de tarifas com adoção do processo democrático, mediante a formação de um conselho deliberativo, composto em sua maioria de pessoas estranhas ao governo, inclusive, com a participação de um deputado estadual indicado pela Assembléia Legislativa, que é inovador, a nível de Brasil. Um membro indicado pelo CREA, que todos sabemos que o CREA, na maioria de seus membros ou na sua diretoria, não tem pessoas simpáticas ao partido que governa o Estado do Paraná. mas, mesmo o CREA poderá indicar um representante, três representantes dos conselhos e usuários de entidades reguladas. E ainda, teremos, a Assembléia Legislativa, a prerrogativa de apreciar previamente todos os textos e editais e emitir pareceres sobre os mesmos antes da homologação final.

Algumas observações são importantes. Trata-se de matéria de criação de autarquia, cuja iniciativa, por força do artigo 66 da Constituição Estadual, é da competência

exclusiva do Poder Executivo, razão pela qual vem em forma de mensagem, mas antes de vir à Assembléia, teve-se o cuidado, principalmente a Secretaria de Governo, de saber, de tomar conhecimento de todos os projetos que tramitavam na Casa, criando essa Agência Reguladora, e aliás, em torno de seis.

Ainda, senhor presidente, trata-se de uma mensagem de um projeto amplamente democrático, porque além de se criar um Conselho Deliberativo composto por pessoas estranhas ao governo, os diretores só serão nomeados após serem sabatinados e aprovados os seus nomes pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - artigo 17, parágrafo 2º.

Além disso, a diretoria e o presidente do Conselho deliberativo ficam obrigados, anualmente, a prestar contas das respectivas gestões à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através do que está fixado no artigo 15, parágrafo 2º da referida mensagem.

Portanto, senhor presidente, a presente proposição democratiza o controle da qualidade dos serviços públicos dividindo tal responsabilidade para com a Assembléia Legislativa, juntamente com representantes da sociedade, o que de certa forma representa fortalecimento das funções do Poder Legislativo. Por isso, eu não queria discutir antes da votação do requerimento, porque certamente essa mensagem do governo vem regulamentar um serviço, mas, sobretudo, fortalecer a Assembléia Legislativa que hoje tem gerência praticamente zero.

Quando se fala de uma Comissão permanente (nós temos sim a Comissão Permanente de Transportes aqui nesta Casa) nada impede, nada obsta que possamos aprovar uma comissão específica permanente para acompanhar o serviço dessa agência reguladora, tomar os depoimentos e aprovar, inclusive, o nome dessas pessoas que serão indicadas.

De todas as mensagens encaminhadas pelo Poder Executivo neste ano de 2002, certamente essa é a que mais estabelece prerrogativas e mecanismos de fiscalização e acompanhamento dos serviços públicos através da Assembléia Legislativa.

Por isso, estamos encaminhando pela aprovação dessa matéria no que se refere à constitucionalidade.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Para Encaminhar**)

Veja, senhor presidente Hermas Brandão: o líder do Governo, com sabedoria, coloca a posição que ele defende, do governo que ele representa.

Nós entendemos que esse governo está no fim; sabemos perfeitamente bem que a intenção é ótima, precisamos realmente daquilo que está sendo pretendido nesta Casa, mas nós não entendemos, deputado Durval Amaral, que agora, no afogadilho, baseado numa Lei de Responsabilidade Fiscal, V. Exa. venha dizer que se nós não votarmos agora não será mais falado no segundo período sobre a instalação dessa agência.

Nós acreditamos que se o Paraná ficou até agora sem agência, que fique mais cinco, seis meses e o próximo governo que for escolhido pelo povo do Paraná, tenha a liberdade e o compromisso da futura Assembléia do Estado de fazer valer esse projeto, de ter em mãos o que quer ser implantado no final do Governo.

Tenho certeza absoluta, deputado, que o governo está tentando, agora no final do seu mandato, fazer valer o que deveria ter sido feito no início do seu mandato.

Vamos deixar para o próximo governo que será um governo realmente transformador da situação atual que se encontra o Paraná e terá ele a responsabilidade que, agora, o senhor quer transferir para os seus companheiros de bancada.

A bancada que aqui está não sei se vai ser renovada ou se vai ser toda reeleita! Nós não sabemos, hoje, nós que estamos do lado do povo do Paraná e que somos em menor número se no dia de amanhã podemos ser em maior número!

Vamos deixar que o consenso, a responsabilidade e principalmente a prudência que é necessária à função pública, seja restabelecida nesta Casa.

Nós sabemos, senhor presidente, que por maior boa-vontade que V. Exa. tenha, nas melhores emendas que serão apresentadas, a maioria é do Governo! A vontade do governo prevalece!

Vamos deixar, já que a vontade do governo prevalece, que o futuro governo, que acredito terá maioria nesta Casa, ele faça realmente a responsabilidade que agora querem fazer e transferir para outro governo que não está aqui presente e nem representado, senhor presidente.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, ao nos debruçarmos sobre esse projeto, a nossa tese era de que houvesse um prazo hábil para estudarmos, tomarmos conhecimento de cada cláusula, de cada artigo, porque realmente, essa agência reguladora está sendo pedida, exigida pela opinião pública do Paraná há muitos anos, desde que começou o processo de privatização das nossas rodovias, portos; agora vem os aeroportos, as ferrovias.

Claro! Precisamos de uma agência que controle tudo isso, que dê visibilidade, que preste contas à opinião pública, mostre porque está subindo a tarifa, por isso ou aquilo; preste balancete mensal, de verificação contábil, receita e despesa; mostre essas cláusulas contratuais, das concessionárias, permissionistas, estão sendo obedecidas e assim por diante.

Agora de afogadilho aqui, nobre líder Durval Amaral, nós temos o artigo 13, por exemplo, que diz: “Até um ano após deixar o cargo, é vedado aos ex-diretores e ex-conselheiros, representar qualquer pessoa com interesse perante a agência”.

Aqui no artigo 19, já diz seis meses. Há uma contradição dentro do próprio projeto.

Então, acho que isso complica, atrapalha.

Está aqui, artigo 19: “os ex-ocupantes dos cargos de diretoria, ficarão impedidos por um período de seis meses”.

É um ano no 13, é seis meses no 19. Acho que é coisa muito séria, é preciso ser olhado com carinho.

Senhor presidente, nobre líder, eu vou votar a favor, porque sou a favor da agência e tem um projeto meu e do Sérgio Spada aqui dentro.

Agora, que está sendo prejudicado, está!

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente!

O deputado Durval Amaral, na defesa da tese da votação hoje, ele disse em um dos argumentos, que o governo tem prazo e o prazo é curto para fazer a contratação do pessoal, porque se não fizer, não tiver autorização desta lei, ele não consegue fazer a contratação em função do regimento do período pré-eleitoral.

É uma verdade! Só que a verdade deve ser lida no artigo 37 das Disposições Transitórias e seqüentes.

Gostaria de trazer outra colocação: O governo, o Executivo vai escolher qual dos diretores terá um ano, terá dois, terá três e terá cinco anos de mandato!

Ora, esta Assembléia, não pode transferir essa condição pessoal para o governo fazer isso.

O Executivo não tem condições de fazer isso com a autorização da Assembléia Legislativa.

Durante a primeira instalação regular da diretoria da agência, o diretor-presidente terá dois anos de mandato e serão definidos pelo chefe do Executivo Estadual; os diretores terão mandato de um ano, de três anos, de quatro e de cinco anos, respectivamente. Isso no artigo 37.

No artigo 38, senhor presidente, senhores deputados diz o seguinte: “Durante a primeira instalação regular do Conselho Deliberativo, os conselheiros terão mandatos diferenciados, de cinco, quatro, três anos, de acordo com os respectivos termos de posse fixados nos respectivos atos de nomeação conforme vier a ser definido pelo chefe do Executivo”.

E aqui cai por terra a argumentação do deputado Durval Amaral, que precisa agora da votação, que não pode ser prorrogada para agosto, porque precisa fazer a contratação do pessoal, do concurso.

Art. 39: “O Poder Executivo Estadual no prazo de 180 dias enviará à Assembléia Legislativa proposta de lei dispondo sobre os cargos de provimento em comissão e sobre o Quadro de Pessoal Permanente da Agência.

Art. 40: “Até a realização do concurso público previsto pelo artigo 6º, Inciso XIX desta lei, a Agência será instalada através de requisição de servidores da Administração Pública direta e indireta da esfera estadual e, por cessão, das esferas federal e municipal, se necessário”.

Então, nem argumentação do pessoal prevalece diante do que o próprio artigo, do próprio texto da lei. E não precisou muito; precisou apenas de uma leitura

rápida para que os próprio deputados comecem a encontrar: o deputado Divanir Braz Palma encontrou as incongruências dos prazos; e aqui está a contra-argumentação do deputado Durval Amaral, líder do Governo, e que não precisamos votar agora. Nós podemos votar a criação e com servidores emprestados do DER, da Secretaria do Transporte e mesmo do bolsão que nós temos na Secretaria de Administração, teremos condições de “tocar” a agência.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o projeto. Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Está em votação. Senhores deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. Vinte e seis senhores deputados aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Dezenove senhores parlamentares.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, eu queria que ficasse registrado os votos dos deputados Algaci Tulio, Augustinho Zucchi, Neivo Beraldin, Ângelo Vanhoni, Marcos Isfer, Cezar Silvestri, Hermes Fonseca, Edson Praczyk, Serafina Carilho, Renato Gaúcho, José Maria Ferreira, Ricardo Chab, Orlando Pessuti, Nereu Moura, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier, Luciana Rafagnin e o deputado que vos fala, Luiz Carlos Zuk.

Eu gostaria que ficasse registrado, senhor presidente, que nós não concordamos, não só com o projeto, mas entendemos a razão: eles querem salvar alguém do incêndio que vai morrer afogado no dia 06 de outubro.

É isso que eles querem, senhor presidente.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu quero deixar bem claro mais uma vez, já me posicionei, não sou contra o projeto de instalação da Agência Reguladora; apenas estou me insurgindo pela pressa de votar um projeto com 47 artigos em que nós só tomamos conhecimento há questão de poucas horas atrás, quando iniciou-se a Sessão e foi distribuída aos parlamentares a Ordem do Dia. Somente por essa razão.

É essa a nossa indignação.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, da mesma forma, o PPS não é contra a Agência Reguladora, até porque tem projeto nesse sentido, é contra sim a pressa e a forma como vem sendo apresentada, sem a devida discussão com a socie-

dade e sem a devida discussão dentro desta Casa, que é o local próprio para isso.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, igualmente a Bancada do PDT não é contrária à Agência; não se trata de contrária ou favorável; se trata de não engolir a empada pronta e amanhada, porque do jeito que está aqui, não dá: chegou ontem, não tivemos nenhuma condição de analisar e, com certeza, nós teríamos condições de oferecer a contribuição da Assembléia para a melhoria deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas, V. Exa. entende que não está ferindo nenhum Regimento Interno, aqui, porque foi aprovado o requerimento ontem se transformando em ...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não! Não estou questionando a questão do Regimento Interno, a condução da Mesa, não. A pressa é do líder do Governo.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, da mesma forma, nós do PMDB, primeiro, somos contra a privatização dos serviços públicos: somos contra o pedágio nas rodovias, contra a venda da Copel, contra a venda da Sanepar, contra a privatização dos serviços públicos, até por coerência.

Por isso, exatamente, estamos votando contra essa agência, mas já que ela tem que existir, que surja através do debate, através das idéias amplamente discutidas pela sociedade, pela população do Paraná, e não goela abaixo, no afogadilho, como o governo Lerner está impondo a esta Casa: no apagar das velas, no apagar das luzes, no crepúsculo do seu governo, está empurrando goela abaixo do povo do Paraná esta proposta.

Por isso, nós do PMDB, estamos votando contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

Posteriormente será relatado pelo deputado Orlando Pessuti sobre o Projeto nº 386.

ITEM 36

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que altera o parágrafo 2º do artigo 29 da Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996. (ICMS) SEM PARECER. (APRECIAR O PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLÊNARIO). (**Publ. no DA 092/2002, de 27/06/2002 - 1ª Discussão**).

Nós estamos discutindo. Tinha encerrado a discussão, estava em votação o parecer da Comissão Geral de Plenário.

Os senhores deputados que aprovam o parecer anteriormente já lido e de conhecimento dos senhores parlamentares, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está em votação o projeto.

1ª Discussão do Projeto de Lei nº 474/2002.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

A Mesa acolheu. Aliás, tenho emenda a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em 1ª votação. É por isso, é só constitucionalidade.

Está em votação o projeto. Encerrada a discussão. Em votação. Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Solicito ao nobre deputado Orlando Pessuti, relator das 62 emendas ao Projeto de Lei nº 386/2002, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 021/2002.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero inicialmente, dizer a V. Exa, que é evidente que nós não teríamos a mínima condição de fazer um relatório dessa envergadura com a clareza e com a profundidade que o assunto merece num espaço de tempo tão curto, mas dado o entendimento havido entre as lideranças do governo, da Oposição, as lideranças partidárias de que todas as emendas pudessem ser analisadas no dia de hoje, dentro do ponto de vista da constitucionalidade, se deixando para o dia de amanhã, conforme anunciou V. Exa., em terceira discussão, a aprovação ou não das emendas, em função do seu mérito.

Nós estamos relatando favoravelmente essas emendas pela sua constitucionalidade, apenas registrando o seguinte, que em entendimento com os respectivos autores estão sendo retiradas a emenda nº 21, de autoria do deputado Nelson Justus, porque na leitura e na visualização rápida que fizemos, entendemos que esta emenda era estranha ao projeto por tratar esta emenda de assunto ligados ao Detran e ao IPVA.

Então, concordou o deputado Nelson Justus em retirar a emenda de nº 21 e também a emenda de nº 37. Nós conversamos com o autor, deputado Marcos Isfer, e ele também concordou em retirá-la, porque na verdade se trata de uma cópia da emenda nº 36 e por se tratar de uma emenda de igual teor do mesmo autor, não se justifica a recepção dessa emenda.

Vale ressaltar que as emendas propostas, senhor presidente, pela avaliação que pudemos fazer nessa uma hora e meia de tempo que V. Exa. nos concedeu, pelo que a gente pôde perceber, estão em consonância essas emendas com as reivindicações dos servidores do Estado do Paraná, sem sombra de dúvida.

Nós que há alguns dias tivemos oportunidade de receber o secretário Ricardo, tivemos audiências públicas com a APP Sindicato, tivemos depoimento e lideranças sindicais, o Roberto Carlos, a Dona Ferrari, a representante do Sistema Penitenciário e outras pessoas aqui neste ambiente, na tribuna, e evidentemente que nós

pudemos perceber que o teor das emendas apresentadas por dezenas de senhores deputados, praticamente tem emendas de quase todos os senhores deputados aqui da Casa, que retratam os anseios do conjunto dos servidores.

Tem a questão dos agentes fazendários, tem a questão da orquestra, dos músicos, a questão do sistema penitenciário, da Secretaria da Saúde, a questão do quadro geral, a questão dos professores, apenas para dizer algumas questões.

É evidente que a recomendação que nós fazemos hoje, é no sentido de que este parecer pela constitucionalidade seja acatado pelos senhores deputados, que possamos aprovar as 62 emendas, com exceção da 37 e 21 que estão sendo retiradas e que possam os senhores deputados, os líderes partidários e as lideranças do Governo e da Oposição, em conjunto com a Mesa da Assembléia fazerem, de certa forma, uma sistematização para que amanhã a gente possa então, no horário em que a Sessão ocorrer, deliberar qual emenda prospera, qual emenda não prospera, até porque devo dizer que ainda persistem emendas de igual teor firmadas por parlamentares diferentes e aí não cabe a este relator dizer qual deve ou não deve prosperar. Apenas aquelas duas que citei - a 21 - conversei com o deputado Nelson Justus, é estranha ao projeto, ele retirou a emenda, e a 37, conversei com o deputado Marcos Isfer, porque ela é idêntica a uma outra emenda de autoria do mesmo.

Então, o nosso parecer, senhor presidente, é pela constitucionalidade das 62 emendas, lembrando mais uma vez que estão sendo retiradas as emendas 37 e 21.

Este é o parecer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o relatório do nobre deputado Orlando Pessuti.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Queremos participar aos parlamentares, que um número de emendas será votada amanhã. Conforme o entendimento com o líder da Situação e da Oposição, a Sessão começará às 9h00 da manhã.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, eu entendi que V. Exa. falou do interesse do líder do governo, em votar um projeto do Tribunal de Contas. Parece-me que o Tribunal de Contas não tem a competência de mandar projeto, para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tem aqui uma solicitação.

Regimental e constitucionalmente tem.

O SR. ALGACI TULIO

Ele pode sugerir à Assembléia a leitura do projeto, porque ele é um órgão auxiliar da Assembléia, não é um órgão independente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tem um parecer anexo, nobre deputado. Fomos questionados anteriormente. Tem um acordo com o Supremo Tribunal que autoriza, do ministro Célio Borja, formulado em 28 de maio de 1987.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1856, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1859, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1862 e 1863, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária, para sexta-feira, dia 28, às nove horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 221/2002; e do Projeto de Resolução nº 028/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 495/2001; 030, 399 e 417/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 112, 283, 292, 385, 386/2002; 421/97; 466, 467 e 474/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 400, 426, 503 e 505/2002.

Levanta-se a Sessão.